



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – IH
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL – SER

TAÍS SOUZA SANTOS

**O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NA ASSISTÊNCIA
ESTUDANTIL**

BRASÍLIA - DF

2017

TAÍS SOUZA SANTOS

**O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NA ASSISTÊNCIA
ESTUDANTIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social – SER, do Instituto de Ciências Humanas – IH da Universidade de Brasília como requisito para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, sob orientação da professora Carolina Cassia Batista Santos.

BRASÍLIA - DF

2017

TAÍS SOUZA SANTOS

**O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NA ASSISTÊNCIA
ESTUDANTIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social – SER, do Instituto de Ciências Humanas – IH da Universidade de Brasília, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Aprovado em: ___/___/2017

BANCA EXAMINADORA:

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Carolina Cassia Batista Santos

Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas

Universidade de Brasília

Avaliadora interna: Prof^ª. Dr^ª. Miriam de Souza Leão Albuquerque

Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco

Universidade de Brasília

Avaliadora externa: Assistente Social, Luísa Marques da Rocha Baumgarten

Universidade de Brasília

*“Educação não transforma o mundo. Educação muda pessoas.
Pessoas transformam o mundo”.*

(Paulo Freire)

AGRADECIMENTOS

A Deus, por sempre me amparar diante dos desafios que a vida me impôs.

Aos meus pais, Iraildes Germano e José Alves, sempre presentes na minha vida. Sou imensamente grata por todos os esforços que empregaram para a concretização dos meus objetivos e sonhos – amo vocês!

Aos meus irmãos, Lígia e Marcos, por compartilharem comigo todo o amor, carinho e momentos ímpares.

A toda a minha família, pelo apoio e incentivo.

A Jorge, pelo amor, estímulo e carinho compartilhados. Você traz luz para a minha vida.

A Gabriela Bento, pela amizade e momentos de alegrias, em meio a nossa cansativa jornada da graduação. Grata!

A minha orientadora, professora Doutora Carolina Cassia Batista Santos, pela dedicação, apoio e paciência, tornando possível a construção desse Trabalho de Conclusão de Curso.

A professora, Doutora Miriam de Souza Leão Albuquerque, por todas as experiências compartilhadas durante o PIBIC, assim como todas as contribuições na minha vida acadêmica e por ter aceitado participar da banca examinadora. Muito Grata!

A assistente social, Luísa Marques da Rocha Baumgarten, por me possibilitar tê-la como supervisora de estágio na Diretoria de Desenvolvimento Social – DDS/UnB e por fazer parte da banca examinadora. Reitero também a grande admiração que tenho, tanto como pessoa quanto pelo seu potencial profissional. Obrigada por dividir comigo tantos ensinamentos.

Enfim, a todos que fizeram parte dessa jornada. GRATIDÃO!

SANTOS, Taís Souza. **O exercício profissional do assistente social na assistência estudantil**. Monografia. Departamento de Serviço Social, Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília - Distrito Federal, 2017, 62 p.

RESUMO

O presente trabalho trata do exercício profissional do assistente social na Educação Superior, na perspectiva de delinear a centralidade desta atuação na política de assistência estudantil, executada no âmbito das universidades federais. Com a implementação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), houve um significativo aumento de profissionais do Serviço Social nas universidades. Pressupõe-se que essa ampliação poderá proporcionar aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, um atendimento que considere a totalidade social, sob a perspectiva de garantia de direitos. Assim, o nosso objetivo é analisar o exercício profissional do assistente social no âmbito da política de assistência estudantil nas Universidades Federais, a partir da implementação do Decreto Nº 7.234/2010 que dispõe sobre o PNAES. O trabalho tem como enfoque uma abordagem qualitativa, utilizando-se para compreensão do exercício profissional o método de análise de conteúdo, tendo como foco principal o estudo de três dissertações de mestrado, selecionadas com base nos trabalhos em que as autoras estudaram o seu campo de atuação. Através da análise das pesquisas escolhidas, percebe-se a importância do assistente social na execução das ações de assistência estudantil, visto que se trata de um profissional que possui bases, teórica e prática, que fundamentam a sua ação. Dessa forma, entendemos que para a inclusão e permanência de estudantes socioeconomicamente vulneráveis na universidade, precisamos da oferta de políticas públicas que visem a redução das desigualdades sociais impregnadas na sociedade, bem como profissionais – dentre estes os assistentes sociais – comprometidos para a efetivação de direitos.

Palavras-chave: Exercício profissional. Educação Superior. Assistência Estudantil. Processos de Trabalho.

SANTOS, Taís Souza. **The professional practice of the social worker in student assistance**. Monograph. Department of Social Work, Institute of Human Sciences, University of Brasilia, Brasilia - Federal District, 2017, 62 p.

ABSTRACT

The present work deals with the professional practice of the social worker in Higher Education, in order to delineate the centrality of this action in the student assistance policy, carried out within federal universities. With the implementation of the Program to Support Federal University Restructuring and Expansion Plans (REUNI) and the National Student Assistance Program (PNAES), there was a significant increase of these professionals in the universities. It is assumed that this expansion may provide students, in situations of socioeconomic vulnerability, a service that considers the social totality, from the perspective of guaranteeing rights. Thus, our objective is to analyze the professional practice of the social worker within the scope of the student assistance policy in the Federal Universities, as of the implementation of Decree N° 7.234 / 2010 that provides for the PNAES. The work focuses on a qualitative approach, using the content analysis method to understand the professional practice, having as main focus the study of three master's dissertations, selected based on the works in which the authors studied their field of action. Through the analysis of the chosen researches, we can see the importance of the social worker in the execution of the student assistance actions, since it is a professional that has theoretical and practical bases, which base their action. In this way, we understand that for the inclusion and permanence of socioeconomically vulnerable students in the university, we need the provision of public policies aimed at reducing social inequalities impregnated in society, as well as professionals - among them social workers - committed to the realization of rights.

Key words: Professional Workout. College Education. Student Assistance. Work Processes.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	40
-----------------	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1.....	47
Quadro 2.....	48
Quadro 3.....	49

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABESS	Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social
ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
AI	Atos Institucionais
ART	Artigo
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBAS	Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
CCJC	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania
CEDEPS	Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social
CF	Constituição Federal
CF/88	Constituição Federal de 1988
DAC	Decanato de Assuntos Comunitários
DAE	Departamento de Assistência ao Estudante
DDS	Diretoria de Desenvolvimento Social
ENEM	Exame Nacional de Ensino Médio
FONAPRACE	Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis
IES	Instituições de Ensino Superior
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
IFRN	Instituto Federal do Rio Grande do Norte
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação

MG	Minas Gerais
PL	Projeto de Lei
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RN	Rio Grande do Norte
SECULT	Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal
SISU	Sistema de Seleção Unificada
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UFVJM	Universidade Federal do Jequitinhonha e Mucuri
UFERSA	Universidade Federal Rural do Semi-Árido
UnB	Universidade de Brasília
UNIFAL	Universidade Federal de Alfenas
UNE	União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1 - PROCESSOS DE TRABALHO E SERVIÇO SOCIAL	18
1.1 Breve histórico do Serviço Social no Brasil.....	18
1.2 Renovação do Serviço Social e transformações contemporâneas	24
1.3 O exercício profissional do Assistente Social – atribuições e competências	28
1.4 O processo de trabalho e o exercício profissional do Assistente Social.....	29
CAPÍTULO 2 - ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO	32
2.1 Breve histórico da Assistência Estudantil no Brasil.....	32
2.1 O Serviço Social na educação	41
CAPÍTULO 3 - ATUAÇÃO PROFISSIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	45
3.1 A assistência estudantil enquanto espaço de atuação profissional do assistente social – no contexto das universidades federais	45
3.2 Análise de conteúdo – exercício profissional do assistente social na assistência estudantil	46
3.2.1 Pesquisa 1 - A intervenção do assistente social na assistência estudantil	50
3.2.2 Pesquisa 2 - O exercício profissional do assistente social na educação superior: a particularidade da dimensão educativa na assistência estudantil	51
3.2.3 Pesquisa 3 - O trabalho do assistente social na assistência estudantil: a prática profissional frente a realidade da Universidade Tecnológica Federal do Paraná.....	54
3.2.4 Síntese das pesquisas – a centralidade do trabalho do assistente social na assistência estudantil	55
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	56
REFERÊNCIAS	58

INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta uma análise sobre a atuação profissional do Assistente Social na assistência estudantil nas universidades federais, considerando que a inserção do Serviço Social na educação superior tem enorme importância para a garantia dos direitos dos estudantes socioeconomicamente vulneráveis, a partir da execução dos programas de assistência estudantil.

O interesse pelo tema surgiu a partir da nossa experiência prática de campo em estágio na Diretoria de Desenvolvimento Social (DDS/DAC/UnB), responsável pela implementação da política de assistência estudantil da Universidade de Brasília (UnB). Foi possível observar que a atuação do assistente social no âmbito da assistência estudantil é fundamental para a concretização da política, visto que se busca atuar de forma crítica diante da realidade social dos estudantes demandatários, contribuindo na inserção e permanência destes.

Observa-se na contemporaneidade, uma ampliação e reconhecimento da atuação dos assistentes sociais no âmbito da assistência estudantil, posto que se entende que a inserção deste profissional é central na oferta de mecanismos que possibilitam a integração e permanência do estudante de baixa renda na universidade, utilizando-se dos diversos instrumentais¹ técnico-operativos.

A prática profissional do assistente social se materializa na execução dos programas de assistência estudantil, sendo a sua atuação fundamental na concretização da política, constituindo-se como parte do processo de trabalho. Por meio da oferta dos programas busca-se a democratização do acesso e a permanência dos estudantes socioeconomicamente vulneráveis nas universidades federais públicas, estando o assistente social atuando na defesa da democratização das condições de acesso e permanência, vislumbrando-se que o Serviço Social atua na perspectiva de direitos, buscando romper com a lógica assistencialista ainda presentes nas políticas sociais.

¹ Ressalta-se que os instrumentais são fundamentais na objetivação da ação profissional dos assistentes sociais. Guerra (2014) afirma, que no desenvolvimento de suas atividades, os agentes profissionais, atuam não somente de forma técnica, mas também como críticos, visto que o domínio do instrumental lhe exige um conhecimento das finalidades e das formas de alcançá-las. Nesse sentido, os instrumentais utilizados pelo assistente social no âmbito da assistência estudantil têm por objetivo contribuir na garantia dos direitos dos estudantes nas mais variadas demandas. Alguns dos instrumentais utilizados são: estudo socioeconômico, entrevista, atendimento individual, visita domiciliar e parecer social.

No processo de classificação dos estudantes, percebe-se que o trabalho do assistente social se limita muitas vezes à situação de inclusão ou exclusão dos estudantes em uma política pública seletiva que existe, mas não inclui a todos. Ainda que a metodologia de análise socioeconômica defina o público a ser atendido nos programas, esbarramos na indisponibilidade de recursos, que são insuficientes para o atendimento de todos os estudantes. Assim, os procedimentos de seleção socioeconômica acabam por converter a finalidade do direito social à lógica da concorrência. Dessa forma, podemos visualizar que por um lado, a política de assistência estudantil se manifesta como um mecanismo capaz de prover as condições mínimas de permanência do estudante no ensino superior e por outro lado, contraditoriamente, é focalizada e seletiva, colocando-se como um desafio à intervenção profissional dos assistentes sociais.

Assim, temos como hipótese que o exercício profissional do assistente social na política de assistência estudantil não se limita à situação de inclusão ou exclusão de estudantes na política, visto que o profissional pode ir além de ações imediatas, sendo possível uma maior aproximação com a realidade dos estudantes. Nesse caso, o assistente social se configura como um profissional que possui um olhar diferenciado frente às diversas expressões da questão social, que busca possibilitar o acesso e a permanência dos estudantes de forma democrática, sendo central o seu papel na assistência estudantil.

Nesse sentido, o trabalho tem como objetivo analisar o exercício profissional do Assistente Social no âmbito da política de assistência estudantil nas universidades federais, a partir da implementação do Decreto Nº 7.234/2010 que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

Os objetivos específicos se desdobraram em:

- Resgatar a trajetória sócio-histórica do Serviço Social, destacando as transformações que ocorreram no interior da profissão;
- Compreender a inserção do Serviço Social na política de educação, especificamente na educação superior, com ênfase na assistência estudantil;
- Demonstrar a importância da atuação do assistente social na assistência estudantil, tendo como foco o estudo das dissertações.

Logo, o presente trabalho trata-se de um estudo de abordagem qualitativa, fundamentado a partir de revisão bibliográfica e documental. No método qualitativo é necessário que se reconheça a complexidade do objeto de estudo, revendo de forma crítica as teorias sobre o tema, escolhendo as mais relevantes “a partir da utilização de técnicas de coleta de dados adequadas a fim de analisar todo o material de forma contextualizada” (MINAYO, 2010, p. 15).

De acordo com Minayo (2010, p. 16), a escolha correta da metodologia caracteriza o caminho e a prática a ser seguida pelo pesquisador na abordagem da realidade “inclui o método, as técnicas, além da criatividade do investigador, passando a ocupar espaço central no interior das teorias sociais”. A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa nas ciências sociais com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Por isso, esta trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes (MINAYO, 2010, p. 17).

Dessa forma, o levantamento bibliográfico apoiou-se na busca de trabalhos publicados nas revistas *Temporalis*, *Katálysis*, *Libertas*, *Textos e Contextos*, *Ser Social*, *Serviço Social e Sociedade*, consideradas as de maior circulação do *Serviço Social*, além da consulta no Banco de Dados de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Dentre as revistas elencadas, encontramos 12 artigos que tratam da política de assistência estudantil, no entanto, nenhum artigo em específico trata do exercício profissional do assistente social na referida política. Ressalta-se que, nas Revistas *Temporalis* e *Katálysis* não foram encontrados artigos que tratem da temática. Foram utilizados os termos “intervenção do assistente social na política de assistência estudantil” e “assistência estudantil”, sendo escolhidos apenas os trabalhos publicados a partir de 2010, ano em que foi sancionado o Decreto que dispõe sobre o PNAES.

Para o desenvolvimento da análise foram definidos três eixos de categorias chave: Processos de trabalho; Exercício profissional dos assistentes sociais na assistência estudantil; Limites e desafios profissionais e institucionais. Dessa forma, o trabalho visa compreender o exercício profissional do assistente social na implementação e execução dos programas de assistência estudantil. Foram escolhidas três dissertações – foco principal deste trabalho – que

tratassem da temática, analisadas a partir do suporte objetivo e empírico, visto que as autoras estudaram os seus campos de intervenção e seus processos de trabalho no âmbito da assistência estudantil e também investigaram, a partir das pesquisas de campo, a percepção dos demais assistentes sociais sobre a prática do Serviço Social. O método utilizado para o estudo das pesquisas foi análise de conteúdo – técnica utilizada para análise de dados qualitativos. Para Bardin (2006, p. 38, apud MOZZATO; GRZYBOVSKI, 2011, p. 734), a análise de conteúdo consiste em “um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição dos conteúdos das mensagens”. Segundo Gomes (2010), deve ser feita uma trajetória da análise de conteúdo, em que inicialmente é realizada uma leitura de primeiro plano para atingir os níveis mais profundos, deixando-se impregnar pelo conteúdo; posteriormente deve ser realizada uma exploração do material – a análise propriamente dita encontra-se nessa etapa; e por fim deve ser elaborada uma síntese interpretativa através de uma redação que possa dialogar com os temas, objetivos, questões e pressupostos da pesquisa. Portanto, a partir desse método é possível qualificar as vivências do sujeito, bem como suas percepções sobre determinado objeto e seus fenômenos.

A partir disso, o Trabalho de Conclusão de Curso, buscando conhecer melhor o exercício profissional do assistente social na política de assistência estudantil, se estruturou em três capítulos. No primeiro capítulo, buscamos resgatar a trajetória sócio-histórica do Serviço Social, a partir do seu surgimento, estudada por autores importantes do Serviço Social como Marilda Vilela Iamamoto e Raul de Carvalho (2009), José Paulo Netto (1999), Maria Ozanira da Silva e Silva (1995), entre outros. O Serviço Social se desenvolve enquanto profissão no contexto da sociedade capitalista e das configurações históricas das classes trabalhadoras. Assim, para entendermos o significado da prática profissional do assistente social é necessário compreendermos as suas configurações na sociedade, e os processos de trabalho dos quais faz parte.

O segundo capítulo, trata da política de assistência estudantil no Brasil; a inserção do Serviço Social na política de educação; e o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), regulamentado pelo Decreto N° 7.234/2010. Inicialmente foi feito um apanhado histórico da assistência estudantil no Brasil, o qual se dá sob duas fases. Posteriormente, buscou-se explanar como a política de assistência estudantil e a inserção do Serviço Social na educação se constituíram e sua importância no processo de democratização da educação superior.

No terceiro capítulo foi realizada uma análise sobre a atuação do assistente social na assistência estudantil, com ênfase no estudo das dissertações que tratam da atuação deste profissional nas universidades federais. A partir do estudo das pesquisas foi possível observar o quanto central é o papel dos assistentes sociais na política, bem como os entraves que dificultam o agir profissional e a efetivação dos direitos dos estudantes.

CAPÍTULO 1 - PROCESSOS DE TRABALHO E SERVIÇO SOCIAL

1.1 Breve histórico do Serviço Social no Brasil

Para entendermos o processo histórico em que se constitui a profissão de Serviço Social é necessário compreendermos que é uma profissão inserida na sociedade capitalista e que participa da reprodução das relações sociais e suas contradições. Segundo Iamamoto e Carvalho (2009, p. 72), “a reprodução das relações sociais é a reprodução da totalidade do processo social”, ou seja, é o modo em que são produzidas e reproduzidas as relações sociais na sociedade, a qual atinge a totalidade da vida cotidiana e se expressa em seus vários âmbitos como no trabalho, na profissão, no lazer, na família, na escola, no poder, entre outros.

A conjuntura histórica na qual a profissão surge se dá no final do século XIX no movimento do desenvolvimento capitalista industrial, bem como da expansão urbana, onde aparece uma nova forma de organização social (a Sociedade Capitalista), instituindo as novas classes sociais – proletariado e burguesia industrial. Nesse processo emerge sob novas formas a questão social.

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2009, p. 77)

Nesse sentido, Iamamoto (2013) destaca que, com o desenvolvimento da grande indústria revoluciona-se o regime de produção, em que as ferramentas utilizadas anteriormente pelo trabalhador são substituídas por máquinas. Dessa forma, os instrumentos de trabalho fazem-se independentes e o trabalho dos operários torna-se mecanizado, repetitivo e objetivo, ou seja, os trabalhadores transformam-se em meros *vigilantes da máquina*, intervindo, apenas esporadicamente, num sistema automatizado.

Na sociedade capitalista, a redução do trabalho necessário obtido com o desenvolvimento das forças produtivas materiais não tem como contrapartida a ampliação do tempo livre do trabalhador; está voltada para ampliar ao máximo o tempo de trabalho não pago, fazendo com que o trabalhador consagre ao capitalista todo o seu tempo e sua vitalidade aí consumida. (IAMAMOTO, 2013, p.84)

Assim, ao reduzir o tempo de trabalho necessário à reprodução do trabalhador, o capital tende a expandir as forças produtivas a fim de ampliar o sobretrabalho gratuitamente apropriado – tratado por Marx como mais-valia. Entende-se que todas essas mudanças que ocorreram no mundo do trabalho, no interior da grande indústria, têm um forte rebatimento na organização da sociedade como “a universalização da concorrência, desenvolve-se os meios de comunicação, a propaganda, amplia-se a concentração e centralização do capital” (IAMAMOTO, 2013, p. 87).

No Brasil, o surgimento do Serviço Social e o seu processo de institucionalização se desenvolvem por volta das décadas de 1930 e 1940. Segundo Iamamoto e Carvalho (2009), a gênese do Serviço Social enquanto uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, está relacionada ao contexto das mobilizações da classe operária, em que se discutia os rebatimentos da questão social na sociedade. Dessa forma, com as consequências da instauração do capitalismo exige-se um posicionamento do Estado, das classes dominantes e da Igreja. Nesse período inicial, a profissão surge como um “departamento especializado da Ação Social”, imbricado ao movimento da Igreja que busca recuperar a sua hegemonia (IAMAMOTO; CARVALHO, 2009, p. 140).

Vale ressaltar que, nesse período de surgimento da profissão os serviços sociais tinham atuações voltadas para a regulação das relações sociais no enfrentamento das expressões da questão social tratadas como problema moral e religioso, ou seja, era dada maior atenção ao atendimento das necessidades materiais, morais e sociais dos indivíduos. Essas atividades da caridade tradicional organizam-se a partir de grupos de indivíduos da burguesia e passam a contar com o apoio do Estado.

Segundo Yazbek (2009, p. 3), “o contributo do Serviço Social nesse momento, incidirá sobre valores e comportamentos dos seus “clientes” na perspectiva de sua integração à sociedade, ou melhor nas relações sociais vigentes”. Portanto, como foi explicitado anteriormente, o Serviço Social surge no decorrer do desenvolvimento do capitalismo, estando relacionado diretamente às transformações econômicas e sociais que aconteciam, tendo suas primeiras iniciativas vinculadas à influência da Igreja Católica na formação dos *agentes sociais especializados*.

Podemos destacar que,

O Serviço Social começa a surgir como um “departamento” especializado da Ação Social² e da Ação Católica, num momento extremamente importante para a definição do papel da Igreja dentro das novas características que progressivamente vai assumindo a sociedade brasileira. Estará assim, profundamente relacionado a esse processo e à ação política e social da Igreja. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2009, p. 214)

Os autores acima destacam também que, como extensões da Ação Social e da Ação Católica surgem os pioneiros do Serviço Social, com destaque na criação de duas grandes instituições sociais a Associação das Senhoras Brasileiras em 1920 no Rio de Janeiro e a Liga das Senhoras Católicas no ano de 1923 em São Paulo. Desse pioneirismo fazem parte as mulheres dos setores abastados da sociedade e que têm como objetivo ajudar materialmente e moralmente a população carente que tem uma vida precária. Estas mulheres deveriam ter as seguintes características³:

O Assistente Social deveria assim: ser uma pessoa da mais íntegra formação moral, [...] uma grande capacidade de devotamento e sentimento de amor ao próximo. Deve ser dotado de outras tantas qualidades inatas, cuja enumeração é bastante longa: devotamento, critério, senso prático, desprendimento, modéstia, simplicidade, comunicatividade, bom humor, calma, sociabilidade, trato fácil e espontâneo, saber conquistar a simpatia, saber influenciar e convencer etc. (IAMAMOTO e CARVALHO, 2009, p. 221)

Porém, somente a partir da década de 1940 percebe-se mudanças no âmbito do Serviço Social tendo início o seu processo de institucionalização a partir da criação das grandes instituições sociais, estatais e paraestatais. “As ações deixam de ser exclusivas das moças da sociedade, havendo uma mercantilização da qualificação que progressivamente se tornará força de trabalho englobada na divisão sociotécnica do trabalho” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2009). Nesse período ocorrerá uma aceleração da formação técnica especializada, principalmente devido ao surgimento das Escolas e Instituições de Serviço Social abertas, inclusive, à pequena burguesia urbana, deixando de ser privilégio apenas das classes dominantes. Portanto, esse momento é significativo, visto que, a profissão conquista espaços avançando no seu processo de reconhecimento e institucionalização, sendo, também, um momento de profissionalização dos assistentes sociais.

A vinculação institucional altera, ao mesmo tempo, a chamada “clientela” do Serviço Social: de uma parcela insignificante da população pobre em geral, atingidas pelas ações dispersas das obras sociais, seu público concentrar-se-á, agora, nos

² De acordo com Iamamoto e Carvalho (2009) essa Ação estava voltada à organização social da coletividade, necessárias para a evolução da sociedade.

³ Tais características têm relação com a vocação, sendo esta uma “qualidade inata” que faz parte da ação profissional, específica da natureza feminina (IAMAMOTO; CARVALHO, 2009).

grandes setores do proletariado, alvo principal das políticas assistenciais desenvolvidas pelas instituições. (IAMAMOTO, 2013, p. 109)

Partindo-se da iniciativa do Estado e setores empresariais – seus maiores empregadores – ocorre uma ampliação na oferta de empregos⁴ para os assistentes sociais. Iamamoto (2013) destaca que o Serviço Social deixa de ser um mecanismo de caridade social privada das classes dominantes, por intermédio da Igreja, voltando-se para a execução das políticas sociais públicas. Nesse sentido, a atuação do assistente social é demandada pela classe dominante que disponibiliza a este profissional os meios de trabalho para o atendimento das demandas dos trabalhadores. “A demanda profissional, tem, pois, um nítido caráter de classe” (IAMAMOTO, 2013, p. 110).

O papel do Estado nesse momento é divergente pois, ele não está acima das classes como, também, não é representante exclusivo dos interesses da burguesia. Segundo Iamamoto (2013), o Estado intervém nas relações entre o empresariado e a classe trabalhadora através da legislação social e trabalhista na prestação de serviços sociais. Essa é uma forma de enfrentar o processo de pauperização da classe trabalhadora a fim de atender suas necessidades imediatas de sobrevivência.

Em relação à renovação do Serviço Social brasileiro, temos como marco a década de 1960 em que ocorre um redimensionamento e amadurecimento profissional. Destaca-se que, nesse período, emerge a ideia do desenvolvimentismo nos países latino-americanos, entendido como a possibilidade de superar o subdesenvolvimento ainda presente nesses países. Nesse contexto, na América Latina, ocorre o Movimento de Reconceituação considerado “uma referência de revisão crítica do Serviço Social” (NETTO, 2009). Se constitui em um momento histórico da profissão em que se questiona o papel dos assistentes sociais frente ao desenvolvimentismo, no qual eclodem vários projetos de caráter liberal, incompatíveis com as necessidades da classe trabalhadora. Dessa forma, Netto (2009) aponta que este Movimento “é sem qualquer dúvida, parte integrante do processo internacional de erosão do Serviço Social tradicional”.

O Movimento de Reconceituação do Serviço Social, a partir da perspectiva hegemônica, no contexto da América Latina, impõe aos Assistentes Sociais a necessidade de ruptura com o caráter conservador que deu origem à profissão, calcado no atrelamento às demandas e interesses institucionais, e coloca como exigência a necessidade de construção de uma nova proposta de ação profissional,

⁴ Iamamoto e Carvalho (2009) destacam que as ofertas de empregos por parte do Estado se centralizaram em São Paulo no Departamento de Serviço Social do Estado, sendo este departamento importante para a legitimação dos espaços de atuação vinculados ao Estado.

tendo em vista as demandas e os interesses dos setores populares que constituem, majoritariamente, a clientela do Serviço Social. A construção dessa nova proposta supõe todo um processo de discussão e revisão crítica, em nível teórico-metodológico, no sentido de fomentar uma ação articulada com as lutas dos segmentos populares, tendo como perspectiva a transformação social. (SILVA, 1995, p. 72)

Destaca-se que no Brasil, na década de 1960, ocorreram grandes transformações no âmbito social, político, econômico e cultural da sociedade brasileira, com a instauração da Ditadura Militar⁵, impactando diretamente a população, bem como a profissão de Serviço Social. A sociedade nesse período sofre diversas transformações com a instauração do regime militar, com a repressão e violação de direitos. O Estado tem como função assegurar a reprodução do grande capital e passa a enfrentar a questão social a partir de ações repressivas e políticas sociais compensatórias. Nesse período, a profissão se deu sob três frentes:

[...] 1) no Estado, que respondia à questão social de forma coercitiva, tecnocrática, meritocrática e conforme demanda econômica do capital; 2) nas multinacionais, que precisavam de profissionais apropriados do aparato burocrático e que pudessem intervir diretamente na relação capital/trabalho, em meio às manifestações dos trabalhadores; e 3) a filantropia privada, que se expandiu diante do aprofundamento da questão social, decorrente do processo de crescimento da população urbana. (CARDOSO, 2013, p. 133 apud ASSUMPÇÃO; CARRAPEIRO, 2014, p. 108)

Assim, a política social estava vinculada ao desenvolvimento produtivo do país, visando corrigir as distorções entre produção e consumo uma vez que, para atingir maiores índices de crescimento econômico era necessário maior controle do desenvolvimento social da população. As ações dos assistentes sociais tinham por objetivo a adequação dos indivíduos a realidade social, no bojo do desenvolvimentismo, voltada a harmonização social em um compromisso com a ordem vigente (IAMAMOTO; CARVALHO, 2009).

Com todas essas transformações que se passaram na sociedade, observa-se que a política social é colocada como resultado das consequências desse período histórico, enquanto estratégia para amenizar as implicações do desenvolvimento do capitalismo. Nesse sentido, “a prática do Serviço Social no Brasil é colocada, em um primeiro momento, como uma tendência modernizadora onde se busca o avanço técnico da ação profissional” (SILVA, 1995, p. 34).

Dessa forma, o Serviço Social sofre transformações no contexto do regime militar e se depara com novas demandas. Mesmo vinculado a executar políticas sociais voltadas para

⁵ Se constitui em um período da política brasileira, no qual os militares conduziram o país, a partir de um golpe de Estado. Ficou marcado pelos vários Atos Institucionais (AI) que colocavam em prática a perseguição, a censura, a supressão dos direitos e repressão àqueles que eram contrários ao regime.

atender à funcionalidade do Estado e do capital, exige-se do assistente social uma atuação de caráter técnico e científico, assim como destacado anteriormente por Silva (1995). Então, ocorre uma modificação tanto na prática quanto na formação desses profissionais.

Segundo Netto (2009), era possível afirmar que a profissão tem em curso um processo de renovação e destaca-se três direções que esse processo assume. São elas: a perspectiva modernizadora, que teve seu auge nos Encontros de Araxá (1967) e de Teresópolis (1972), em que se buscava a sistematização teórico-prática da profissão, ou seja, tende-se a agrupar novas bases técnicas e científicas ao fazer profissional, mas não ocorre o rompimento das ações que deram início à profissão; A perspectiva de reatualização do conservadorismo, representada pelo Encontro de Sumaré (1978) e Alto da Boa Vista (1984), em que se tinha o objetivo de buscar uma reflexão crítica do positivismo, tendo como vertente a fenomenologia, enquanto matriz teórica. Recuperam-se os elementos tradicionais da profissão, voltando-se a vinculação com a doutrina da Igreja, tendo como diferença da perspectiva anterior a proposta da dimensão teórico-metodológica pautado na ajuda psicossocial – voltando-se para a subjetividade do indivíduo; e por último A intenção de ruptura (perspectiva marxista).

A perspectiva marxista é colocada no contexto do Serviço Social na década de 1970, sendo construído nesse mesmo período o Método de Belo Horizonte, na Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais, que se constituiu em um marco no processo de ruptura, buscando influenciar aqueles que estavam nas universidades⁶ (SILVA, 1995, p. 101).

Assim, inicia-se o processo de “intenção de ruptura” do Serviço Social Tradicional, que se configura no momento de crise da ditadura militar, em um clima de forte efervescência política, onde os Assistentes Sociais passam a discutir, além das novas formas de ação, um novo perfil profissional inter-relacionado com as classes trabalhadoras. Segundo Netto (1996), esse processo não significou um rompimento com o conservadorismo, mas sim, renovações e reflexões nas dimensões teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político da profissão, onde surgem novos posicionamentos acerca da profissão.

Portanto, esse processo de renovação e reflexões no âmbito do Serviço Social, baseado na vertente marxista, se constitui no alicerce para novos posicionamentos e reflexões críticas acerca da profissão e das novas configurações da sociedade, sendo essenciais para a

⁶ Somente a partir da década de 1980, o processo de ruptura ganha visibilidade para além da academia.

construção do Serviço Social contemporâneo (NETTO, 1996). É nesse processo de recusa e crítica do conservadorismo que surge o pilar do novo projeto profissional denominado, mais precisamente, como projeto ético-político. Vale destacar que,

Os projetos profissionais apresentam a auto-imagem de uma profissão, elege os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (inclusive o Estado, a que cabe o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais). (NETTO, 1999, p.4)

Ressalta-se que, tais projetos são construídos por sujeitos coletivos – a categoria profissional – que é composta pelo conjunto de membros que dão efetividade à profissão, se constituindo em uma unidade plural. Portanto, esse período foi imprescindível para a consolidação da profissão e o estabelecimento/fortalecimento do projeto profissional do Serviço Social, em que as suas diretrizes norteadoras se desdobraram no Código de Ética Profissional do Assistente Social (1993), na Lei de Regulamentação da Profissão e nas Diretrizes Curriculares do curso de Serviço Social (2002).

1.2 Renovação do Serviço Social e transformações contemporâneas

No tópico anterior, tratamos de resgatar o percurso histórico do Serviço Social, de forma breve, trazendo elementos importantes para a sua compreensão. As transformações e mudanças que ocorreram no âmbito da sociedade impactaram, também, as configurações da profissão e conseqüentemente foram colocadas novas exigências ao exercício profissional do assistente social.

Por volta da década de 1980 surgem discussões acerca da consolidação de um novo projeto profissional, apoiado no Projeto de Ruptura, com a recusa dos métodos conservadores e tradicionais da prática profissional dos assistentes sociais, questionados no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS)⁷ que ocorreu em São Paulo no ano de 1979,

⁷ Netto (1999) ressalta que desde o III CBAS alguns segmentos da categoria profissional vincularam-se ao movimento dos trabalhadores e, rompendo com a dominância do conservadorismo, instauram na profissão o pluralismo político.

denominado como “Congresso da Virada”. Todo esse processo se expressa no direcionamento do novo currículo de Serviço Social⁸ – reformulado em 1982-1983.

É neste processo que foram ressignificadas modalidades prático-interventivas tradicionais e emergindo novas áreas e campos de intervenção, com o que se veio configurando, numa dinâmica que está em curso até hoje, um alargamento da prática profissional, crescentemente legitimado seja pela produção de conhecimentos que a partir dela se elaboram, seja pelo reconhecimento do exercício profissional por parte dos usuários. (NETTO, 1999, p. 13)

Com as mudanças que ocorreram no âmbito da profissão, desde a resistência à Ditadura Militar, os profissionais passam a se reconhecer enquanto classe trabalhadora – resultado das exigências políticas e sociais – viabilizando a recusa e a crítica ao histórico conservadorismo da profissão. Como resultado da Reforma Universitária⁹, imposta na ditadura, a categoria profissional alcança legitimidade no âmbito acadêmico com os cursos de pós-graduação e adequação da formação profissional em nível de graduação introduzindo conteúdos teóricos para uma melhor formação, capazes de responder às novas demandas decorrentes do processo de acumulação capitalista.

Nesse sentido, a ação do assistente social, com base no novo Projeto Profissional, tem como direcionamento a criticidade e a capacidade de propor alternativas frente às demandas, a fim de efetivar os valores e o compromisso do Serviço Social com o novo projeto. “Se propõe iluminar, por meio da história contemporânea e de uma teoria social crítica nela vinculada, as particularidades do Serviço Social como profissão que se realiza e se reproduz no mercado de trabalho” (IAMAMOTO, 2009, p. 171). Diante disso, apresenta-se a exigência de uma formação profissional combinada com o mercado de trabalho, no entanto, o profissional deve ter uma postura crítica frente a esse mercado, identificando os impasses e as contradições presentes.

Com a construção do Projeto Ético-Político, surgem diversas discussões acerca da ética profissional, que se desdobraram na formulação do Código de Ética Profissional do Assistente Social (1986/1993), na Lei de Regulamentação da Profissão (1993) e na nova

⁸ Tratando da reforma curricular, esta foi necessária, no sentido de ampliar o ensino com vistas a atender de forma competente as demandas emergentes na sociedade, surgindo assim um novo perfil profissional.

⁹ A Reforma Universitária é realizada durante a Ditadura Militar, e segundo Borsato (2016) busca modernizar a educação superior, substituindo o modelo napoleônico, marcado por escolas isoladas e com função exclusiva de formação profissional, pelo modelo humboldtiano, que tem como principal característica a indissociabilidade entre pesquisa e ensino.

proposta de Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social - ABESS¹⁰. O Serviço Social dá um enorme salto qualitativo nesse período:

[...] houve um adensamento do mercado editorial e da produção acadêmica. Os assistentes sociais ingressaram nos anos 1990, como uma categoria que também é pesquisadora, reconhecida, como tal, pelas agências de fomento. (IAMAMOTO, 2009, p. 51)

Em 7 de julho de 1993 é promulgada a Lei Nº 8.662, que dispõe sobre a regulamentação do Serviço Social. Nesse período a profissão enfrenta um conjunto de transformações societárias como os efeitos do neoliberalismo, o sucateamento dos direitos sociais, a flexibilização da economia e reestruturação no mundo do trabalho, bem como a minimização do Estado, que propiciaram para o acirramento das desigualdades sociais. Assim, os profissionais passam a intervir nas novas configurações das expressões da questão social, sendo fundamental a Lei de Regulamentação para dar os direcionamentos na elaboração de respostas frente às demandas sociais.

Já o Código de Ética de 1993¹¹, tem como finalidade orientar o comportamento dos profissionais de Serviço Social, oferecendo parâmetros para a atuação profissional. Assim, o debate acadêmico se concretiza de maneira mais sistemática atrelado ao processo de renovação da profissão. O novo Código, apoiado nas bases ontológicas da teoria social de Marx, “inscreve a ética e os valores no âmbito da *práxis social*¹², e tem no trabalho o seu modo de ser mais elementar” (BARROCO; TERRA, 2012, p.54). Está vinculado a um projeto societário que objetiva a construção de uma nova ordem social, sem exploração e dominação de classe, gênero e etnia. Considera o pluralismo elemento primordial, com a defesa intransigente dos direitos humanos e o repúdio o arbítrio e dos preconceitos, presentes tanto na sociedade como no exercício profissional.

O projeto prioriza uma nova relação com os usuários dos serviços oferecidos pelos assistentes sociais: é seu componente elementar o compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população, aí incluída a publicidade dos recursos institucionais, instrumento indispensável para a sua democratização e universalização e, sobretudo,

¹⁰ Renomeada posteriormente por Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS com a fusão da ABESS e o Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social - CEDEPSS.

¹¹ Com a reformulação, o novo Código incorporou, tanto a acumulação teórica dos últimos vinte anos, quanto os novos elementos que estiveram presentes na urgência da reformulação.

¹² Entende-se por *práxis social*, o conjunto das objetivações humanas, por meio das quais os homens realizam-se enquanto seres humano-genéricos, objetivações estas que não se reduzem ao trabalho. Entretanto, é por meio deste que o ser social se constitui, se expressa, se desenvolve, cria e recria relações sociais. A *práxis* é, em Marx, não apenas uma categoria ontológica, mas a *categoria fundante da história*. (GUERRA, 2014, p. 149)

para abrir as decisões institucionais à participação dos usuários. (NETTO, 1999, p. 16)

Em 1996 é criada a proposta de Diretrizes Curriculares aprovada em assembléia da ABESS, trazendo as discussões sobre a revisão curricular do curso de Serviço Social, entre a categoria profissional e as instituições de formação. O objetivo era atender às novas exigências desencadeadas pelas transformações sociais que exigem dos profissionais o atendimento de novas demandas. Tais Diretrizes foram oficializadas pelo MEC em 2002, sendo que estas foram construídas coletivamente pela categoria profissionais e se constitui em um marco histórico do Serviço Social brasileiro, principalmente em relação à formação do assistente social de acordo com o Projeto Ético Político.

Os princípios e diretrizes da Formação Profissional estabelecem, a nível nacional, uma base comum entre os cursos de graduação em Serviço Social e, a partir destas orientações gerais, as Instituições de Ensino Superior (IES), elaboram suas matrizes curriculares e delineiam seus projetos políticos pedagógicos. (MOREIRA; CAPUTI, 2016, p. 109)

Desse modo, percebe-se que a profissão, diante das transformações que ocorreram na sociedade, construiu um suporte teórico e aparato legal essenciais para a renovação e concretização dos novos direcionamentos. É necessário considerarmos que as diversas mudanças da sociedade e do mundo do trabalho afetaram também a profissão, que passa a ter o desafio de entender algumas lógicas do capitalismo, principalmente em relação aos processos que fragmentam os sistemas de proteção social e a política social. Segundo Iamamoto (2009), no cotidiano profissional o assistente social tem o desafio de conhecer e interpretar a lógica do capitalismo contemporâneo, sobretudo em relação às novas configurações do mundo do trabalho e também os processos desestruturadores dos sistemas de proteção social e das políticas sociais em geral.

Apreender esse processo social na sua contraditoriedade é requisito para se construir um projeto de formação profissional que reafirme o estatuto profissional do Serviço Social, na medida que este esteja comprometido com a formulação de programáticas: de propostas de ação no campo da implementação e na formulação de políticas sociais públicas e privadas, da dinâmica do mundo do trabalho e de seu mercado, atento ao universo da cultura universal, mas também à visão de mundo dos subalternos, decifrando seus códigos, suas maneiras particulares de expressão de suas vidas sociais em formas culturais. (IAMAMOTO, 2009, p. 196)

Portanto, o assistente social deve agir enquanto categoria que deseja mudanças efetivas para a materialização do projeto profissional construído coletivamente, buscando alcançar o reconhecimento e luta em defesa de nova ordem social, delineada no projeto profissional do Serviço Social.

1.3 O exercício profissional do Assistente Social – atribuições e competências

Neste item, iremos destacar as características do exercício profissional do assistente social, diante das mudanças no mundo do trabalho, que têm início no Brasil a partir da década de 1990, período em que a profissão tem aprovada a sua Lei de Regulamentação – Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993 – e o novo Código de Ética Profissional, reformulado em 1993, como resultado do amadurecimento teórico-metodológico da profissão em períodos anteriores.

O Serviço Social, enquanto uma profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho, executa suas ações nas esferas, pública e privada, no âmbito das políticas socioassistenciais. Assim como foi explicitado no item anterior, o Serviço Social possui um projeto profissional que dá um direcionamento político, ético e teórico ao trabalho dos assistentes sociais, a fim de alcançar a efetivação dos princípios fundamentais do seu Código de Ética. Mesmo se caracterizando enquanto uma profissão liberal, o profissional não detém os meios necessários para a concretização das suas ações, pois os mecanismos e instrumentos que os profissionais utilizam para exercer sua atividade são disponibilizados pelas instituições – sejam elas interpostas pelo Estado, empresas ou outra entidade (IAMAMOTO; CARVALHO, 2009).

Ao tratarmos do exercício profissional do Assistente Social é importante destacar que este se constitui a partir das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, constituindo-se em uma relação de unidade na diversidade. Diante dessa afirmação, podemos esclarecer que,

UNIDADE significa uma relação visceral entre diferentes, ou seja, essas dimensões são interligadas, interdependentes, se complementam, apesar de manterem suas especificidades. Por exemplo: a dimensão teórica de uma intervenção trata das diferentes teorias que contribuem com o conhecimento da realidade. Realidade com a qual o assistente social vai trabalhar e que se expressa no cotidiano profissional. A dimensão política trata dos diferentes compromissos que a profissão pode ter; das intencionalidades das ações; implica tomada de posições, no entanto esse compromisso e essas intencionalidades possuem uma sustentação teórica – mesmo que não se tenha consciência disso. Ética é uma reflexão crítica sobre os valores presentes na ação humana e se uma ação requer tomar partido, há uma relação intrínseca entre ética e política. (SANTOS, 2013, p. 2)

Assim, o assistente social tendo como objeto de trabalho a questão social e suas múltiplas expressões, busca formular e implementar propostas para enfrentá-las, articulando as dimensões citadas acima, a fim de garantir respostas efetivas e competentes às demandas postas nos diversos espaços de atuação. Ressalta-se que, foi a nova proposta curricular que

passou a considerar a questão social como fundação sócio-histórica do Serviço Social, compreendendo a prática profissional como trabalho e o exercício profissional inscritos em processos de trabalho (IAMAMOTO, 2009).

As competências e atribuições do assistente social são orientadas por direitos e deveres presentes no Código de Ética de 1993 e na Lei de Regulamentação da Profissão – Lei Nº 8.662/1993. Além da elaboração, implementação, execução e avaliação das políticas sociais e seus programas, o assistente social deve apreender de forma crítica os processos sociais da produção e reprodução dos processos de trabalho na sua totalidade, identificando as demandas presentes na sociedade visando a formulação de respostas efetivas.

1.4 O processo de trabalho e o exercício profissional do Assistente Social

Diante da discussão da constituição do Serviço Social enquanto especialização do trabalho coletivo, inserido na divisão social e técnica do trabalho, entendemos que o exercício profissional do assistente social integra os processos de trabalho coletivo nos seus diferentes espaços ocupacionais¹³. Partindo do pressuposto de que o Serviço Social é trabalho¹⁴, procuraremos discutir neste tópico os processos de trabalho da profissão e as possibilidades de intervenção do assistente social.

De acordo com Marx (1890, p. 205), o processo de trabalho possui três componentes essenciais que são: “a atividade voltada a um fim, que constitui no próprio trabalho; o objeto de trabalho, ou seja, a matéria-prima; e por fim os meios de trabalho, que são os instrumentos utilizados no processo de trabalho”. Assim, este autor considera o trabalho como o processo entre o homem e a Natureza, e através do trabalho o homem é capaz de projetar

¹³ A discussão sobre a relação entre trabalho e prática profissional do Serviço Social surge na década de 1990 com as novas diretrizes curriculares de 1996 e traz a consideração da profissionalização do Serviço Social, enquanto uma especialização do trabalho coletivo e a sua prática como parte constitutiva do processo de trabalho.

¹⁴ No interior da profissão, existe a discussão que divide opiniões entre os que acreditam que o Serviço Social é trabalho e os que acreditam que o Serviço Social não é trabalho. Dentre os autores que embasam que o Serviço Social não é trabalho temos o Sérgio Lessa. Para Lessa (2006), o Serviço Social não é trabalho pois não realiza a transformação da natureza nos bens materiais necessários à reprodução social, visto que a profissão não cumpre a função mediadora entre os homens e a natureza, intervém nas relações puramente sociais, isto é, nas relações entre os homens. Para o autor “se o trabalhador não transformar a natureza, a produção dos bens materiais não ocorrerá e a reprodução social estará impossibilitada” (LESSA, 2006, p. 20).

teleologicamente a mercadoria que deseja produzir, a fim atender determinada necessidade. A partir da transformação da natureza em bens sociais e o desenvolvimento de novas relações sociais, o homem passa a adquirir novas habilidades e conhecimentos e a partir disso surgem, também, novas necessidades.

O trabalho, enquanto atividade prático-social, engendra duplo movimento: o homem transforma a natureza e, ao fazê-lo, transforma-se a si mesmo e a outros homens. É esse movimento que consubstancia a sociabilidade humana, esta, constituinte e constitutiva de duas determinações fundamentais: pensamento e linguagem¹⁵. (GUERRA, 2014, p. 148)

Desse modo, por intermédio do trabalho o homem transforma a natureza em valores de uso para si, ou seja, não apenas cria os modos de produção, mas também os recria.

Nesse sentido, o exercício profissional é parte do processo de trabalho pois, assim como dispõe Marx (1890), este processo frui de elementos constitutivos que são matéria-prima ou objeto de trabalho, meios ou instrumentos e a finalidade, estando presentes em qualquer processo de trabalho, em qualquer sociedade. Desse modo, entendemos que esse processo consiste nos meios pelos quais o trabalhador visa alcançar os resultados planejados.

Considerando-se que o assistente social se afirma enquanto um trabalhador assalariado, ao se inserir no mercado de trabalho passa por uma relação de compra e venda da sua força de trabalho especializada no âmbito das organizações públicas ou privadas (IAMAMOTO, 2009, p. 96). Nessa lógica, compreendemos que este profissional não dispõe de todos os meios necessários para a efetivação do seu trabalho, isto é, parte desses meios são disponibilizados pela instituição empregadora.

Aqui não se trata mais do trabalho, ou do processo simples de trabalho que produz valores de uso para seu produtor, no qual o produtor é também proprietário dos meios de produção, dos instrumentos, habilidades e conhecimentos que lhes endossam esta posse. Trata-se de um tipo especial de trabalho que, ao ser vendido no mercado como força de trabalho, acaba por se constituir em mercadoria e, portanto, deve conter um valor. O capitalista, proprietário dos meios de produção, compra a força de trabalho e adquire o direito de utilizá-la, por determinado período de tempo, como melhor lhe convier. (GUERRA, 2014, p.151)

Segundo Iamamoto (2009), ao vender a sua força de trabalho o profissional submete-se às exigências impostas pela organização, devendo basear as suas ações a partir das

¹⁵ “[...] a linguagem é tão antiga quanto a consciência – a linguagem é a consciência real, prática – que existe também primeiro para os outros homens, que existe portanto, também primeiro para mim mesmo e, exatamente como a consciência, a linguagem só aparece com a carência, com a necessidade dos intercâmbios com outros homens”, ou ainda, “consciência da necessidade de entrar em relação com os indivíduos que o cercam marca, para o homem, o começo da consciência de que, afinal, ele vive em sociedade” (MARX e ENGELS, 1989, p. 27-8, apud GUERRA, 2014, p. 148).

políticas, diretrizes e recursos desta. Mesmo dispondo de uma relativa autonomia o assistente social, em função da sua qualificação profissional, quando designado para desempenhar a sua profissão irá se inserir em um processo de trabalho coletivo, sendo este resultado de uma atuação conjunta com diversos outros profissionais nas suas mais variadas especialidades e juntos contribuem na obtenção dos resultados almejados.

O produto obtido não depende exclusivamente da vontade e do desempenho individual do profissional. Nele materializam-se os fins das empresas, organizações ou organismos públicos que norteiam a organização dos processos de trabalho coletivo, nos quais estão presentes, junto com outros trabalhadores, os assistentes sociais. (IAMAMOTO, 2009, p. 96)

Deste modo, o Serviço Social ao desenvolver o seu processo de trabalho tem como principal empregador o Estado, sendo uma referência no trato das expressões da questão social. Ao final desse processo, o assistente social tem como resultado as alterações promovidas no cotidiano e na vida daqueles que procuram o seu trabalho.

Segundo Silva (2007, p. 37), ao desenvolver seu processo de trabalho o Serviço Social tem em vista “a efetivação e consolidação das políticas públicas e a transformação da questão social presente no cotidiano dos diversos espaços ocupacionais”. Nessa perspectiva, o assistente social vende sua força de trabalho – trabalho intelectual – ao capital, e dessa maneira passa a fazer parte do processo de trabalho. Este processo de trabalho se materializa a partir da mediação dos elementos constitutivos, posto que a profissão só se institucionaliza e se legitima na sociedade a partir do momento que o trabalho do assistente social passa a gerar um valor de uso, ou seja, passa a responder às necessidades sociais na produção e reprodução dos meios de vida e de trabalho da classe trabalhadora.

Assim, o processo de trabalho do assistente social se dá a partir das demandas postas ao profissional pelos usuários atendidos pela instituição empregadora, como também pela sua condição de trabalhador assalariado. Suas ações serão desenvolvidas a partir da utilização dos instrumentais/meios necessários para atingir a finalidade que se pretende alcançar.

No caso específico da Educação Superior, entendemos que o assistente social ao se inserir nesta política tem direcionamentos específicos que nortearão as suas ações, a fim de construir respostas por meio do seu processo de trabalho. Dessa forma, os próximos capítulos foram desenvolvidos a fim de entendermos melhor como o assistente social se insere na política de Educação, especificamente no âmbito da assistência estudantil nas universidades federais.

CAPÍTULO 2 - ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO

2.1 Breve histórico da Assistência Estudantil no Brasil

O processo de construção da assistência estudantil no Brasil, até se tornar uma política, se dá sob duas fases. Segundo Costa (2010), a primeira fase consta de um longo período que vai desde a criação da primeira universidade federal¹⁶ até a época que corresponde ao período de democratização política. A primeira ação de assistência estudantil ocorreu em 1928, em Paris, com a inauguração da Casa do Estudante Brasileiro, a qual destinava-se a auxiliar os estudantes que tinham dificuldades financeiras para instalar-se em residências. Posteriormente, em 1931, houve a Reforma Francisco Campos¹⁷ que se constituiu na primeira tentativa de regulamentação da política de assistência estudantil no Brasil, incorporada na Constituição de 1934, artigo 157 que estabelecia o repasse de verbas para auxiliar os alunos de baixa renda com o fornecimento gratuito de bolsas de estudo, material escolar, assistência dentária e alimentar.

Segundo Araújo (2007, apud COSTA, 2010 p. 57), no início de 1930 registra-se uma importante ação no âmbito da assistência estudantil com a criação da Casa do Estudante no Brasil, situada no Rio de Janeiro, a fim de auxiliar os estudantes socioeconomicamente vulneráveis, sob responsabilidade da União Nacional dos Estudantes (UNE).

A promulgação das Constituições Federais (CF) de 1934 e 1937 aponta a educação superior como um direito público, representando um importante avanço nesse campo, e sistematiza também sobre a assistência ao estudante. A CF de 1934 em seu Artigo 157 dispõe que, “ Parte dos mesmos fundos [da educação] se aplicará em auxílio de alunos necessitados, mediante o fornecimento gratuito de material escolar, bolsas de estudo, assistência alimentar e médica, e para vilegiaturas”. Já na CF de 1946 Art. 172, a assistência estudantil se torna obrigatória para todos os sistemas de ensino onde “cada Sistema de Ensino terá,

¹⁶ A primeira universidade federal brasileira foi instituída em 1915, no Rio de Janeiro.

¹⁷ O decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931 foi a primeira tentativa de regulamentação da assistência estudantil

obrigatoriamente, serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados condições de eficiência escolar” (SILVEIRA, 2012, p. 56).

Posteriormente, nos anos 1960 diante da Reforma Universitária como pauta de discussões, a universidade apresenta um crescimento acelerado. Em 1961, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), - Lei 4.024/1961 – passa a considerar a assistência estudantil como um direito, o qual deveria ser garantido a todos os estudantes.

Já o período da Ditadura Militar, que teve início em 1964 é marcado pelo desinteresse por parte do Estado ao ensino superior público.

Identificou-se que durante o período marcado como primeira fase de assistência estudantil, as poucas preocupações que houve por parte do governo para garantir a política, estavam ligadas aos níveis básico e médio de ensino, excluindo a educação superior, sendo um exemplo marcante a aprovação pelo MEC, em 1983, da Fundação de Assistência ao Estudante, que servia como um instrumento para o Ministério da Educação e Cultura executar a Política Nacional de Assistência ao Estudante, em níveis da educação pré-escolar e de 1º e 2º graus. Essa fundação não abrangia o desenvolvimento de ações voltadas para o ensino superior, sendo extinta em 1997. (SILVEIRA, 2012, p. 57)

Cabe ressaltar que, o período da ditadura militar passa a exercer todo o seu poder contra as universidades, os professores, os intelectuais e os estudantes que tentaram resistir a partir de suas críticas e manifestações de não aprovação do regime.

Em 1970 é criado pelo governo federal, no âmbito do Ministério da Educação (MEC), através do Decreto Nº 66.867/1970, o Departamento de Assistência ao Estudante (DAE) que tinha por objetivo manter uma política de assistência estudantil para a graduação em nível nacional, com ênfase nos programas de alimentação, moradia e assistência médica, contudo, foram extintos nos governos subsequentes (FONAPRACE, 1996).

Diante disso, percebe-se que na primeira fase da assistência estudantil prevaleceu a escassez de recursos, ações focalizadas, descontínuas e com caráter pontual, no qual a preocupação era ajudar a resolver problemas emergenciais dos estudantes e não se tinha a responsabilidade de oferecer uma política pública pautada na concepção de direitos.

A segunda fase da assistência estudantil se dá com o processo de redemocratização do Estado brasileiro, que teve início em 1980, decorrente da crise econômica que se estabeleceu durante o governo militar no final da década de 1970 (SILVEIRA, 2012, p. 57). Com a promulgação da CF de 1988 o ensino superior é constituído enquanto direito subjetivo, no entanto, não é garantido a universalização, sendo necessário a utilização de mecanismos

seletivos para o acesso. Com o processo de democratização do ensino superior, iniciam-se ações voltadas para a assistência estudantil, instaurando-se um novo marco na Política de Educação enquanto um direito. Nesse sentido, a LDB de 1996 reforça a importância do princípio da igualdade na Educação, sendo pensada de forma mais equitativa, reforçando que somente o acesso à Educação não é condição necessária e suficiente para que o estudante tenha um bom desempenho acadêmico sendo necessário, também, a garantia dos meios de permanência. Destaca-se nesse momento de redemocratização da educação, a luta dos movimentos sociais que entendem a educação enquanto um direito e não um serviço/mercadoria.

Observa-se que, durante o período da redemocratização ocorre a criação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE) em 1987, - importante espaço de discussões sobre a permanência dos estudantes socioeconomicamente vulneráveis nas universidades¹⁸ - visando o fortalecimento das políticas de assistência ao estudante, tendo como objetivos:

Garantir a igualdade de oportunidades aos estudantes das instituições de ensino superior públicas na perspectiva do direito social; proporcionar aos alunos as condições básicas para sua permanência na instituição; assegurar aos estudantes os meios necessários ao pleno desempenho acadêmico e, contribuir na melhoria do sistema universitário, prevenindo e erradicando a retenção e a evasão escolar, quando decorrentes de dificuldades socioeconômicas. (FINATTI, 2008: 195, apud SILVEIRA, 2012: 58)

O Fórum buscava articular o debate da assistência estudantil com as instituições de ensino superior a fim de integrar tais políticas em âmbito nacional proporcionando aos estudantes de baixa renda condições de acesso, permanência e conclusão do curso. “Era consenso as dificuldades que as Instituições de Ensino Superior – IES estavam encontrando para manter os alunos matriculados, por essa razão salientaram a importância da política de assistência estudantil” (SILVEIRA, 2012, p. 59).

Os representantes do FONAPRACE defendiam a ideia de democratizar o acesso aos estudantes de baixa renda em suas instituições, mas tinham claro que não adiantava apenas oportunizar o acesso, fazia-se necessário criar condições concretas para a permanência desse público. (SILVEIRA, 2012, p. 58)

A partir da promulgação da CF de 1988 as discussões do FONAPRACE ganham força, e além de buscar garantir a efetividade dos direitos fundamentais e os princípios

¹⁸ Foram nos Encontros Nacionais de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e nas reuniões realizadas pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) que ocorreram as primeiras discussões em âmbito nacional sobre a permanência desses estudantes.

democráticos da CF, contempla também o processo de redemocratização da educação, que teve início na década de 1980, buscando a universalização do acesso à educação superior, garantindo que os estudantes socioeconomicamente vulneráveis pudessem se encontrar em condições de igualdade com os demais acadêmicos assim como está preconizado em seu Art. 206, I – “Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”. Portanto, criam-se condições não somente para a garantia de acesso, mas, também, para a permanência na universidade com o objetivo de “igualar os indivíduos para que possam conquistar espaços institucionais, bem como o mercado de trabalho, uma vez que a necessidade de ações de igualdades de oportunidades só existem porque somos regidos por um sistema desigual” (SILVEIRA, 2012, p.60).

Com a ocorrência de todas as discussões, visando o fortalecimento e ampliação do acesso e permanência na educação superior, e na medida em que tais discussões foram se ampliando, verificou-se a necessidade da criação de políticas de assistência estudantil, passando assim a fazer parte das pautas de debates na agenda de políticas públicas. Muitas lutas foram travadas até a concretização do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Evidencia-se que, para a elaboração deste programa o FONAPRACE realizou uma pesquisa intitulada “Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das IFES Brasileiras, que teve início em 1995 sendo finalizada somente em 1997” (SILVEIRA, 2012, p. 60).

Ainda segundo o autor citado acima, essas pesquisas permitiram a sistematização do perfil socioeconômico e cultural dos estudantes das IFES, a fim de apresentar aos gestores da assistência estudantil de todas as universidades federais, estratégias para que houvesse uma melhor aplicação do financiamento das ações de assistência estudantil. A partir dessa pesquisa, apresentada à Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) e ao Ministério da Educação, foi possível a elaboração posterior do PNAES.

Em 2007 com a criação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído por meio do Decreto N° 6.096/2007, determina-se a expansão das universidades federais¹⁹, propiciando condições para ampliação

¹⁹ As ações visavam aumentar o número de vagas nas universidades, criação e ampliação de cursos noturnos, aumentar o número de alunos por professor, flexibilizar os currículos e ampliar os recursos para as ações assistenciais.

do acesso e permanência na Educação Superior, bem como o melhor aproveitamento da estrutura física e dos recursos humanos das universidades. As universidades federais têm como incentivo para aderir ao programa, benefícios como a ampliação do seu orçamento e do seu quadro de profissionais, docentes e técnicos.

O REUNI possui as seguintes diretrizes:

- I - Redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno;
- II - Ampliação da mobilidade estudantil, com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos, mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior;
- III - Revisão da estrutura acadêmica, com reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino-aprendizagem, buscando a constante elevação da qualidade;
- IV - Diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente não voltadas à profissionalização precoce e especializada;
- V - Ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil; e
- VI - Articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica. (BRASIL, 2007)

Considera-se que o REUNI não se configura como um simples Programa de expansão universitária. Ao lado da ampliação do acesso, do melhor aproveitamento da estrutura física e do aumento do contingente de recursos humanos existentes nas universidades federais está, também, a possibilidade de estabelecer uma nova etapa da lógica de gestão gerencial e de ensino, intervindo de modo decisivo na identidade institucional.

Os aspectos de gestão e financiamento repercutem nesse novo cenário de transformação do Estado de Bem-Estar Social, o qual exige instituições cada vez mais arrojadas e autônomas na diversificação das fontes de financiamento diante das adversidades impostas pelos entes governamentais (KOWALSKI, 2012, p. 81, apud ARAÚJO, 2015, p. 64).

Considerando esse processo de expansão das universidades, com a implementação do REUNI, algumas críticas foram evidenciadas diante dos impactos que poderiam trazer às universidades. Apesar do programa prevê uma significativa ampliação dos orçamentos e de profissionais, evidencia-se que para sua efetivação ocorrerá um aligeiramento da formação profissional, com a introdução de cursos de curta duração e à distância; o aprofundamento da intensificação do trabalho dos professores, posto que ocorre um aumento do número de alunos por professor, dando maior ênfase nas atividades de ensino de graduação, deixando de lado a articulação do ensino-pesquisa-extensão; maior cobrança pelo cumprimento de metas, como

por exemplo, a exigência de 90% de alunos concluintes e combate à retenção e evasão (LIMA, 2011, apud MARTINS, 2016, p.57).

No mesmo ano em que é aprovado o REUNI é publicado pelo MEC, por meio da Portaria Normativa Nº 39/2007, o Programa Nacional de Assistência Estudantil. De acordo com essa Portaria:

O PNAES se efetiva por meio de ações de assistência estudantil vinculadas ao desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão, e destina-se aos estudantes matriculados em cursos de graduação na modalidade presencial das Instituições Federais de Ensino Superior. (SILVEIRA, 2012: 70)

No entanto, somente em 2010 o PNAES é regulamentado pelo Decreto nº 7.234/2010, passando a ser executado pelo MEC, tendo como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal, dando às universidades autonomia financeira para utilização dos recursos segundo suas especificidades e o contexto em que estão inseridas. O Art. 2º do Decreto dispõe os objetivos do programa que são:

- I – Democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;
- II – Minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;
- III – reduzir as taxas de retenção e evasão e,
- IV – Contribuir para a promoção da inclusão social pela educação. (BRASIL, 2010)

Ressalta-se que, com a criação do REUNI verifica-se a expansão das universidades federais, que conseqüentemente têm um crescimento do acesso, já que mais vagas são ofertadas. Dessa forma, as políticas de iniciativa do governo federal²⁰ contribuíram para o processo de democratização do ensino, atendendo a um público que se via excluído até então. Com a ampliação do acesso e permanência nas universidades públicas, passa-se a incluir uma camada de estudantes vulneráveis socioeconomicamente, na qual sem a implementação das políticas de inclusão e permanência não seria possível. Assim, ocorre uma expansão do público-alvo de assistência estudantil, visto que a ampliação das formas de acesso contribuiu para a inserção de um novo perfil de estudantes na universidade pública. A assistência estudantil se constitui em um novo espaço de atuação profissional dos assistentes sociais, inseridos na educação superior pública, principalmente, a partir da implantação do REUNI

²⁰ Dentre as políticas de iniciativa federal que visam a democratização da educação temos o Exame Nacional do Ensino Médio – Enem; o Programa Universidade para Todos – PROUNI; o Sistema de Seleção Unificada – SISU; o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação das Universidades Federais – REUNI; a Lei de Cotas para o ensino superior – Lei nº 12.711/2012; o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES.

com a expansão das universidades federais e do PNAES com a ampliação das ações de assistência estudantil em âmbito nacional.

2.2 Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES

O Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, criado com a finalidade de oferecer condições de permanência para os estudantes socioeconomicamente vulneráveis, reconhece que a desigualdade social é um fenômeno que impede o acesso e a possibilidade de formação acadêmica de nível superior.

Esse programa, regulamentado pelo Decreto Nº 7.234/2010, ao dar prioridade no atendimento aos estudantes em situação de desigualdade social e econômica, confere a assistência estudantil um importante papel na política de educação, visando garantir as condições necessárias para a permanência desses estudantes nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), visando promover a inclusão social.

Ressalta-se que, o PNAES só está assegurado na forma de decreto presidencial, o que não garante que este continue a ser desenvolvido em outros governos. No entanto, mesmo sem a garantia de uma lei o Decreto nº 7.234/2010 reorienta e expande as práticas de assistência estudantil até hoje. Posteriormente, na tentativa de fortalecimento da política são criados setores específicos que tratam desse assunto, como as pró-reitorias e diretorias, como uma forma de fortalecer e ampliar as ações já existentes. Esse programa se traduz em um direito conquistado a partir da luta travada pelos estudantes e profissionais, no qual foram exigidos meios efetivos para a garantia da sua permanência nas IFES e “possibilidade de participação nas atividades fins da universidade – ensino, pesquisa e extensão” (MAGALHÃES, 2013).

A assistência estudantil, atrelada à educação, se constitui como um mecanismo de direito social contribuindo para redução dos efeitos das desigualdades sociais através da criação de mecanismos que viabilizem o acesso e permanência dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica nas universidades, permitindo que concluam o curso de graduação. Entende-se que a democratização da educação nas Instituições de Ensino Superior (IES) não se efetiva somente com a oferta de vagas em cursos de graduação, sendo necessário

a execução de uma política específica que vise contribuir para a permanência dos estudantes na universidade.

Nesse sentido, é necessário propiciar uma multiplicidade de ações que atendam as condições objetivas de sobrevivência, que se dão de forma desigual, entendida como consequência das contradições da sociedade capitalista. Dessa forma, para que haja igualdade de oportunidade nos espaços das universidades públicas, que também abriga as contradições presentes na sociedade, o PNAES prevê o desenvolvimento de ações. Tais ações estão elencadas no Art. 3º, § 1º do PNAES e são:

§ 1º As ações de assistência estudantil do PNAES deverão ser desenvolvidas nas seguintes áreas:

I - moradia estudantil;

II - alimentação;

III - transporte;

IV - atenção à saúde;

V - inclusão digital;

VI - cultura;

VII - esporte;

VIII - creche;

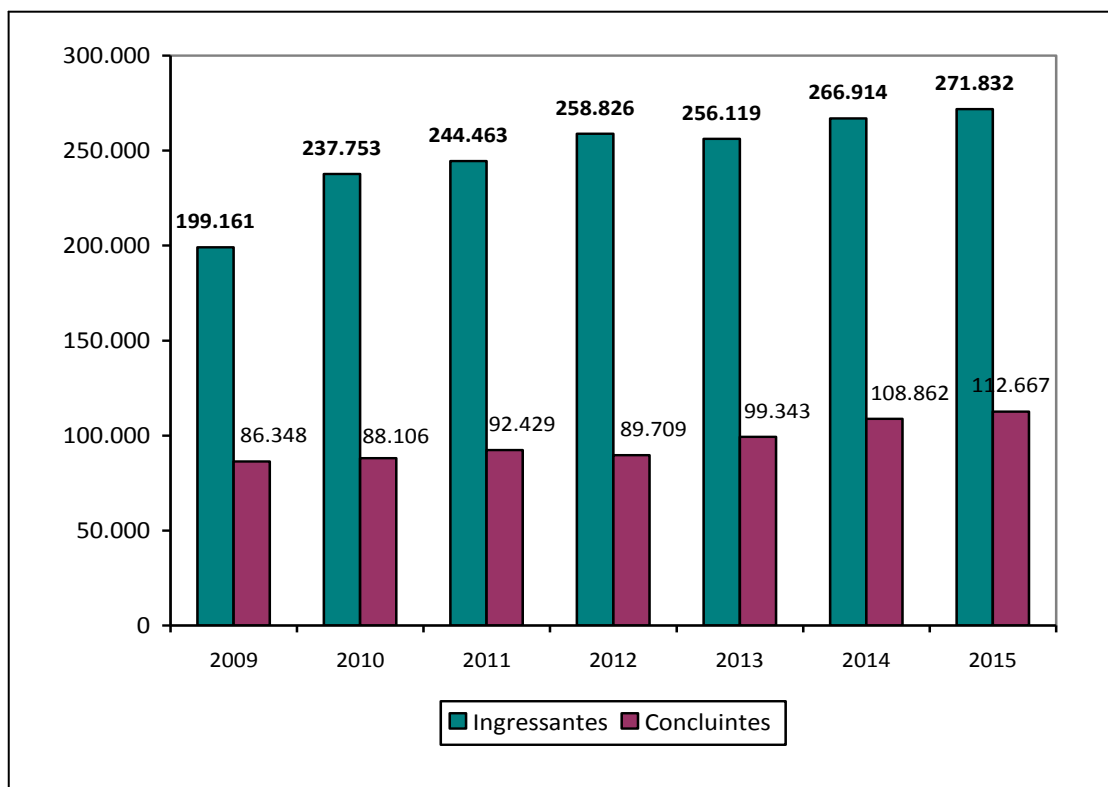
IX - apoio pedagógico; e

X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. (BRASIL, 2010)

Cada instituição de ensino terá autonomia para definir as áreas que serão desenvolvidas as ações, bem como a metodologia de seleção dos estudantes, considerando as especificidades e demandas de cada instituição. Assim, as ações de assistência estudantil executadas no âmbito das IFES devem considerar as especificidades, as áreas estratégicas capazes de atender as necessidades identificadas junto aos estudantes, visando à igualdade de oportunidades. Os estudantes devem atender aos requisitos para participação nos programas como, ser oriundo da rede pública de educação básica ou possuir renda familiar *per capita* de até um salário mínimo e meio, além dos demais requisitos que podem ser exigidos pelas instituições federais de ensino superior.

Segundo dados do Censo da Educação Superior produzido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP), entre 2009 e 2015 houve um aumento quantitativo de ingressantes e concluintes em cursos de graduação presencial nas universidades federais. Ressalta-se que, o número de ingressantes pode estar diretamente relacionado ao REUNI instituído em 2010. A quantidade de concluintes ficou bem abaixo do número de ingressantes, no entanto, percebe-se que entre os anos de 2014 e 2015 a disparidade entre ingressantes e concluintes foi menor.

Gráfico 1. Número de ingressantes e concluintes em cursos de graduação das universidades públicas federais – Brasil, 2009-2015



Fonte: Censo da Educação Superior, 2015.

O ingresso no ensino superior é apenas um dos obstáculos que os estudantes socioeconomicamente vulneráveis enfrentam. Quando inseridos no meio acadêmico as fragilidades econômicas, sociais e educacionais, juntamente com as diversas formas de exclusão encontradas no interior das universidades, podem inviabilizar a permanência e conclusão do curso.

Espera-se que, as políticas de expansão e democratização do acesso que vêm sendo implementadas proporcione uma maior inclusão de estudantes vulneráveis nas universidades públicas. “Pelo acesso aos instrumentos de produção de conhecimento dos quais historicamente estiveram excluídos, estes estudantes terão a possibilidade de ocuparem espaços onde se materializam as disputas por diferentes projetos de educação e de sociedade” (MAGALHÃES, 2013, p. 72).

Dessa forma, entendemos que a ampliação do número de assistentes sociais na execução do PNAES, possibilitará a execução das ações descritas acima, a fim de minimizar

os efeitos das desigualdades sociais, possibilitando aos estudantes a permanência na universidade. Assim, buscamos apresentar no próximo tópico como se dá a inserção do Serviço Social na política de educação, bem como as possibilidades de atuação.

2.1 O Serviço Social na educação

A inserção do assistente social na política de educação tem como marco histórico a década de 1930, isto é, desde as origens dos processos constitutivos da profissão. Temos como uma das referências desse processo o crescente número de trabalhos voltados para a área da educação, inscritos nos Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais desde 1995 (CFESS, 2011). Em 2001 foi constituído pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) o Grupo de Estudos sobre o Serviço Social na Educação, em âmbito nacional, tendo como objetivo contribuir com a discussão sobre o assunto.

Dentro das possibilidades de atuação profissional do Serviço Social na educação o CFESS, com a colaboração do Grupo de Estudos, elaborou um documento e sistematizou três intervenções possíveis no processo educacional: (1) a escola enquanto espaço social para instrumentalizar o sujeito a compreender e intervir na realidade social através do desenvolvimento de ações conjuntas com as outras formas de organização existentes na comunidade; (2) o uso da escola como espaço de inclusão social, garantindo a universalidade e a qualidade de seu atendimento; e (3) a escola como instância de gestão democrática, reconhecendo a necessidade de proporcionar formas de participação da comunidade escolar no seu processo de organização e funcionamento (CFESS, 2011).

A educação ainda que instituída pela CF/1988 e a LDB/1996 como um direito social a ser garantido pelo Estado para toda a sociedade, expressa os reflexos do mundo do trabalho e sofre as influências do mercado, no qual impõe desafios na concretização da cidadania (ALMEIDA, 2003). Por isso é tão necessária a atuação do assistente social na educação, visto que este profissional tem condições de planejar estratégias de forma crítica e não-alienada, à luz do seu projeto ético-político, buscando possibilitar intervenções comprometidas com a transformação social, a fim de propor alternativas de enfrentamento às diversas expressões da questão social que surgem no âmbito educacional e que interferem para a efetivação da

educação enquanto direito. De acordo com Almeida (2004) em relação a atuação do assistente social na educação:

Através dessa inserção na educação tem-se um campo de atuação promissor e estratégico, pois é possível refletir a natureza política e profissional da função social da profissão em relação às estratégias de luta pela conquista da cidadania através da defesa dos direitos sociais por meio das políticas sociais. (ALMEIDA, 2004, p. 3, apud PIANA, 2009, p. 15)

Nesse sentido, a inserção do assistente social na educação tem como fundamento a luta pelo direito ao acesso e permanência do aluno na escola, bem como a concretização da educação enquanto direito social. Na contemporaneidade, o trabalho deste profissional tem representado não só uma demanda sócio-institucional, mas, também, o resultado de uma atuação profissional na defesa dos direitos sociais dos usuários. O trabalho dos assistentes sociais nos estabelecimentos educacionais:

[...] tem sido tomada como a presença de um profissional que possa contribuir com a ampliação do processo educacional em sentido amplo, ou seja, contribuindo para o acesso e a permanência das crianças e jovens na educação escolarizada, assim como para a extensão dessa convivência para outros membros da família, que por razões sociais diversas não concluíram ou experimentaram plenamente esta oportunidade. (ALMEIDA, 2005, p. 6)

É importante destacar que a inserção do assistente social na área da educação não se limita apenas ao âmbito escolar, visto que a política educacional se estrutura em diversas áreas como educação básica, educação de jovens e adultos, educação superior, entre outras. Ressalta-se que, o trabalho profissional do assistente social não deve ser confundido com o trabalho desenvolvido por outros profissionais que atuam no âmbito educacional como os orientadores educacionais e professores, visto que, são profissões com atribuições diferentes, mas se complementam. A atuação dos assistentes sociais, nesse caso, está voltada para o fortalecimento das redes e acesso aos serviços sociais, pautada no reconhecimento e ampliação de direitos.

[...] sua inscrição na organização do trabalho coletivo nas instituições educacionais não tem se sobreposto à de nenhum outro profissional, visto que o estreitamento da interface entre a política educacional com outras políticas sociais setoriais têm, historicamente, levado ao reconhecimento da necessidade de uma atuação teórica e tecnicamente diferenciada daquelas desempenhadas pelos professores e profissionais da educação de um modo em geral. A presença dos assistentes sociais nas escolas expressa uma tendência de compreensão da própria educação em uma dimensão mais integral, envolvendo os processos sócio-institucionais e as relações sociais, familiares e comunitárias que fundam uma educação cidadã, articuladora de diferentes dimensões da vida social como constitutivas de novas formas de sociabilidade humana, nas quais o acesso aos direitos sociais é crucial. (ALMEIDA, 2005, p. 6).

A aproximação do Serviço Social ao campo educacional está entrelaçada à própria trajetória dos assistentes sociais no campo das políticas sociais, bem como pelo referencial teórico e o reconhecimento desse profissional no âmbito das diversas políticas e especificamente na educação.

Segundo Almeida (2003) existem dois fenômenos que justificam a presença do assistente social no campo educacional – área de intervenção do Estado. O primeiro tem relação com a tendência no campo das políticas governamentais voltadas para o enfrentamento da pobreza e garantia de uma renda mínima, em que se tem como contrapartida para participação a inserção no ensino regular das crianças das famílias atendidas – temos como exemplo o Programa Bolsa Família. O segundo, está relacionado às diversas manifestações da questão social que surgem no cotidiano escolar, e muitas vezes requer uma maior aproximação e diálogo do professor com a equipe multiprofissional bem como serviços sociais tornando-se parte da estratégia de desenvolvimento das suas atividades laborativas.

Nesse sentido, como disposto no tópico 2.1, o Serviço Social possui uma aproximação com a assistência estudantil, implementada no âmbito das instituições de educação superior, desde a década de 1930.

A ampliação da discussão sobre Serviço Social na Educação é resultante não apenas de um processo de maturidade intelectual e de organização política da categoria profissional que, nesta perspectiva, “contribui para a consolidação de um empreendimento conjunto que envolve o meio acadêmico e profissional” (ALMEIDA, 2003, p. 5), mas também em razão da progressiva inserção de assistentes sociais na Educação, em especial nas universidades e nos institutos de ensino técnico e tecnológico, em decorrência da expansão do ensino superior. (SOUZA, 2016, p.64)

Ressalta-se que existe um Projeto de Lei (PL) em tramitação que visa inserir assistentes sociais e psicólogos na rede pública de educação básica de todo o país. De acordo com os informes do site da Câmara dos Deputados a última ação do PL 3688/2000²¹ foi a aprovação do parecer pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Destaca-se que esses profissionais já atuam em diversas escolas de educação básica da rede pública e privada.

²¹ O autor deste Projeto de Lei é o deputado José Carlos Elias – PTB/ES. Essa proposta, segundo o seu autor, defende que a atuação de assistentes sociais nas escolas, por intermédio de seu trabalho junto aos estudantes e suas famílias, contribui positivamente para o aperfeiçoamento e incremento do rendimento escolar, uma vez que estes seriam capazes de abordar e propor soluções no trato dos problemas sociais que interferem no cotidiano de escolarização e formação social das crianças.

Almeida (2003) dispõe que, a presença de assistentes sociais nas escolas se dá tanto de forma direta, a partir de contratos, quanto de forma indireta por meio da mediação com a rede socioassistencial como, por exemplo, a atuação dos assistentes sociais que trabalham na saúde e implementam projetos nas escolas. No entanto, a luta é para a aprovação do PL reconhecendo-se a importância dessa atuação nas escolas públicas, visto que os assistentes sociais poderão fortalecer as ações junto aos professores, contribuindo para a melhoria da qualidade do ensino-aprendizado.

Por fim, cabe destacar que a inserção do assistente social na educação superior – espaço de estudo desse trabalho – se constitui em um dos campos de atuação no âmbito da Política de Educação onde, atualmente, o Serviço Social tem ganhado espaço e reconhecimento, apesar de todas as limitações encontradas. Evidencia-se também que, o Serviço Social tem grande inserção nos Institutos Federais e executam programas de assistência estudantil, tendo como marco temporal e regulatório o PNAES.

Dessa maneira, o próximo capítulo busca apresentar elementos centrais do exercício profissional do assistente social na assistência estudantil no âmbito das universidades federais, a partir da análise de conteúdo de três dissertações de mestrado que têm como tema central a atuação profissional do assistente social na assistência estudantil.

CAPÍTULO 3 - ATUAÇÃO PROFISSIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

3.1 A assistência estudantil enquanto espaço de atuação profissional do assistente social – no contexto das universidades federais

O trabalho dos assistentes sociais é determinado pela contraditória dinâmica institucional e complexa rede de operacionalização dos serviços no âmbito das políticas sociais, considerando-se as *correlações de forças* postas em cada conjuntura. Dentro de uma instituição pública, a exemplo da universidade, os processos de trabalho coletivos organizam-se de forma a expressar as lutas e disputas em torno da consolidação e do alcance do ingresso e permanência na universidade enquanto um direito.

No âmbito das universidades federais o trabalho do assistente social enquanto técnico é voltado, principalmente, na implementação e execução da política de assistência estudantil e não se caracteriza como exclusivamente do Serviço Social, visto que antes é organizado por uma instância institucional superior, no qual são requisitados para esses profissionais tanto a demanda da instituição quanto à dos estudantes que buscam a assistência estudantil. Assim, percebemos que o trabalho do assistente social está atrelado à estrutura organizacional da universidade, submetida à lógica mercantil e produtivista na oferta de serviços públicos, muitas vezes focalizados e com ações imediatas.

[...] não podemos pensar o trabalho do (a) assistente social deslocados das dinâmicas que particularizam esta política, uma vez que, historicamente, seu trabalho vem sendo requisitado como parte das estratégias de controle social do Estado e da burguesia sobre os processos de reprodução espiritual da força de trabalho da classe trabalhadora. (CARVALHO, 2012, p. 46)

Assim, o assistente social ao desenvolver seu processo de trabalho visa buscar a efetivação e consolidação das políticas sociais, a fim de transformar a questão social presente no seu espaço de atuação. Destaca-se que, mesmo o com o trabalho atrelado à estrutura organizacional da instituição, o assistente social deve deixar claro que a sua prática é direcionada ao atendimento das demandas dos estudantes visando a garantia da sua permanência a fim de minimizar as desigualdades presentes. No âmbito da política de assistência estudantil esse processo se materializa a partir do planejamento e execução da oferta de serviços e programas. “A partir da análise da totalidade da realidade dos estudantes,

o assistente social constrói respostas aos desafios e às demandas, buscando instrumentos que sejam efetivos” (SILVA, 2007, p. 46).

Como demonstrado em tópico anterior, com a implementação do REUNI ocorre a ampliação das universidades federais e temos o PNAES, com a demanda da execução de uma ação específica, como o fator central para a ampliação de assistentes sociais nas universidades. Desse modo, o trabalho do assistente social na instituição é requisitado para atender às solicitações do programa, buscando alcançar os objetivos propostos. A assistência estudantil se constitui como principal demanda de atuação dos assistentes sociais, sendo central o papel desses profissionais enquanto técnicos na educação superior – elemento primordial deste trabalho.

3.2 Análise de conteúdo – exercício profissional do assistente social na assistência estudantil

Para a realização da análise das dissertações foi realizada uma seleção dos trabalhos que tratassem da experiência profissional dos próprios autores, enquanto assistentes sociais que executam a política de assistência estudantil nas universidades federais, que buscaram estudar o seu campo de trabalho. Esse processo de estudar o seu próprio campo de trabalho pode ser compreendido numa dupla dimensão:

[...] como sujeito assistente social que vive o cotidiano profissional na universidade, e como sujeito pesquisador que, no processo investigativo, se permite olhar para o fenômeno estudado e para as relações sociais, institucionais e de trabalho e delas analisar, sistematizar e teorizar para aprender e produzir conhecimento. (MARTINS, 2016, p. 16)

Dessa forma, escolhemos três trabalhos para a análise de conteúdo, listados no quadro 1, em que foram estudadas três categorias – Exercício Profissional; Educação Superior; Assistência Estudantil – estabelecidas a partir das palavras-chave presentes nas dissertações. Ambos os trabalhos têm em comum as pesquisas de campo, cada uma com suas especificidades, realizadas no âmbito do seu próprio espaço de atuação, bem como em outras universidades federais. Assim, inicialmente realizamos o reconhecimento das pesquisas, no qual foram descritos o ano, as autoras e o título; depois disso expusemos os objetivos e as metodologias utilizadas.

Quadro 1. Identificação das dissertações de mestrado

ANO	AUTORAS/INSTITUIÇÃO DE ORIGEM	TÍTULOS DA PESQUISA
2015	Aline Souza Araújo/ Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF	A intervenção do assistente social na assistência estudantil.
2016	Fabrcia Dantas de Souza/ Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN	O exercício profissional do assistente social na educação superior: a particularidade da dimensão educativa na assistência estudantil.
2016	Tatiana Agostinho Martins/ Universidade Estadual de Londrina - UEL	O trabalho do assistente social na assistência estudantil: a prática profissional frente a realidade da Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

Fonte: elaborado pela autora, 2017.

Quadro 2. Descrição do objetivo da pesquisa e metodologia utilizada

TÍTULO	OBJETIVO	METODOLOGIA
1. A intervenção do assistente social na assistência estudantil.	Conhecer, apreender e analisar a complexidade da intervenção do assistente social na assistência estudantil.	Pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Foram escolhidas cinco universidades, considerando-se a localização geográfica* e importância para tal região – Universidade Federal de Alfenas (Unifal-MG); Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF); Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Universidade Federal de Uberlândia (UFU); Universidade Federal do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). O instrumento de pesquisa de campo utilizado foi a aplicação de questionário semi-estruturado.
2. O exercício profissional do assistente social na educação superior: a particularidade da dimensão educativa na assistência estudantil.	Apreender e analisar a dimensão educativa no exercício profissional dos assistentes sociais, na assistência estudantil no âmbito das IFES do RN, visando compreender sua particularidade a partir das ações pedagógico-interpretativas materializadas no contexto do atendimento aos educandos.	Pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Os sujeitos da pesquisa de campo são assistentes sociais que exercem a função técnica, inseridos nas IFES do Rio Grande do Norte: Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA) e o Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN).
3. O trabalho do assistente social na assistência estudantil: a prática profissional frente a realidade da Universidade Tecnológica Federal do Paraná.	Identificar as especificidades do trabalho do assistente social na Educação Superior a partir das respostas profissionais construídas por este profissional sobre as demandas postas ao seu trabalho.	Revisão bibliográfica, levantamento documental e pesquisa de campo. Buscou-se identificar o que compõe o discurso e compreensão dos sujeitos desta pesquisa, os assistentes sociais vinculados à UTFPR, sobre sua prática profissional. O instrumento de pesquisa de campo utilizado foi a aplicação de questionário, composto por questões objetivas de identificação, fechadas, e questões dissertativas.

Fonte: elaborado pela autora, 2017.

Observa-se no quadro 2 que, as autoras Araújo (2015) e Souza (2016) desenvolveram seus estudos em mais de uma universidade. Araújo analisou cinco universidades, visto que é nessa localidade que se encontra o maior número de universidades federais – num total de onze, e possui, também, motivos de cunho pessoal, pois foi nesse estado que a sua pesquisa de mestrado foi realizada, bem como o fato da pesquisadora estar vinculada à assistência estudantil da Universidade Federal de Alfenas – Unifal-MG. O tempo de existência das universidades também foi determinante para a escolha. Já a autora Souza (2016) teve como interesse mapear e caracterizar as instituições de ensino superior do RN e localizar a inserção do assistente social na perspectiva de se aproximar da realidade dessas IFES.

Quadro 3. Categorias

PESQUISAS	CATEGORIAS EM COMUM	CATEGORIAS ESPECÍFICAS POR PESQUISA
1. A intervenção do assistente social na assistência estudantil.	Exercício Profissional; Educação Superior; Assistência Estudantil	Totalidade; Mediação
2. O exercício profissional do assistente social na educação superior: a particularidade da dimensão educativa na assistência estudantil.	Exercício Profissional; Educação Superior; Assistência Estudantil	Dimensão Educativa; Burocratização
3. O trabalho do assistente social na assistência estudantil: a prática profissional frente a realidade da Universidade Tecnológica Federal do Paraná.	Exercício Profissional; Educação Superior; Assistência Estudantil	Processos de Trabalho

3.2.1 Pesquisa 1 - A intervenção do assistente social na assistência estudantil

O exercício profissional do assistente social na assistência estudantil é uma atividade presente nas universidades federais do Brasil há um certo tempo, e nos últimos anos ganhou um maior impulso através da implementação do REUNI. De acordo com Araújo (2015), “as universidades federais abrigam as contradições presentes na sociedade capitalista, e os números da desigualdade social são alarmantes”. Por esse motivo são necessárias ações específicas, assegurando que este espaço proporciona a sistematização e socialização do conhecimento e do saber, pois percebemos que somente o acesso à universidade não garante uma educação de qualidade e que garanta ao estudante possibilidades diversas de aprendizagem.

Assim, no que se refere a atuação do assistente social na referida política, a autora percebe este profissional como a peça fundamental para mediar esse processo, ao possibilitar a execução da assistência estudantil e atender, mesmo que pontualmente, as demandas postas pelos estudantes universitários. No entanto, a partir da pesquisa de campo foram identificadas limitações que podem impactar de diversas formas a intervenção dos profissionais. Dentre elas estão:

- Escassez de assistentes sociais, sendo o maior condicionante do trabalho do Serviço Social;
- Insuficiência de recursos, o que conseqüentemente gera uma demanda reprimida;
- A intervenção sobrecarregada, principalmente pelo grande número de estudos socioeconômicos que devem ser feitos em um curto espaço de tempo.

Para driblar a sobrecarga de trabalho, a pesquisadora criou estratégias para tornar o trabalho mais prazeroso, comprometido com a realidade dos estudantes, e que não tivesse um fim em si mesmo.

Segundo Araújo (2015), para compreendermos todo esse processo em que se configura o trabalho do assistente social devemos entendê-lo na sua totalidade – entendida sob a perspectiva marxista como uma totalidade social e que “constitui-se de todas as transformações operadas na natureza pelo homem, a partir da combinação entre sujeito, práxis e tempo histórico” (MARX, 2013 apud ARAÚJO, 2015, p.17). Desse modo, a totalidade não deve ser considerada como algo linear, pois se estrutura em uma realidade complexa em movimento, composta por determinantes sociais, econômicos, políticos, culturais e históricos.

Por meio da pesquisa de campo, confirma-se que somente com a implantação do PNAES ocorre uma significativa expansão das ações de assistência estudantil. Essa se constitui em uma das estratégias no âmbito da política de educação através do REUNI, mesmo que limitada, frente aos constantes pedidos de melhores condições de permanência nas universidades por parte dos estudantes (ARAÚJO, 2015, p. 83).

Já em relação ao orçamento destinado às ações de assistência estudantil a pesquisa dispõe que por conta da restrição orçamentária, da focalização de atividades que necessitam de financiamento e a ausência de profissionais distintos (equipe multiprofissional), ocorre uma sobrecarga na intervenção realizada especificamente pelos assistentes sociais. Nesse sentido, a intervenção profissional encontra-se restrita à execução de ações que possibilitam ou não o acesso dos estudantes à assistência estudantil. Essa situação aumenta ainda mais a sobrecarga que é imposta a esse profissional, nesse espaço sócio-ocupacional.

3.2.2 Pesquisa 2 - O exercício profissional do assistente social na educação superior: a particularidade da dimensão educativa na assistência estudantil

Na presente pesquisa, o exercício profissional do assistente social nos processos de seleção da assistência estudantil recai sobre a priorização da competência burocrática²², exigindo um arsenal de exigências burocrático-administrativas que têm de ser cumpridas obedecendo à forma de ações anteriormente planejadas e que devem apenas ser executadas com eficácia. Souza (2016) destaca que o assistente social deve ser um profissional propositivo e não só executivo, o que requer a ruptura com o trabalho rotineiro e burocrático.

A dimensão educativa é uma das possibilidades de reforçar o trabalho crítico e criativo, na medida em que realça a perspectiva da garantia de direitos, através de práticas educativas que provoquem mudanças e reflexões, baseadas nos princípios ético-políticos da profissão, pois considera as necessidades dos estudantes, estimula a participação e mobilização política e identifica outras requisições de assistência ao estudante que estão postas ao cotidiano profissional do assistente social, distintas do auxílio financeiro, e que também podem impactar na permanência discente na universidade. (SOUZA, 2016, p. 16)

Percebe-se que a autora tem a dimensão educativa como elemento central na atuação do assistente social na referida política, entendendo-a como uma forma de impulsionar o profissional a uma ação que vai além da oferta do auxílio financeiro.

²² A autora ressalta alguns dos procedimentos burocráticos presentes no seu campo de atuação que são: recebimento e conferência de documentos, julgamento de recursos impetrados por candidatos que não tiveram seus pedidos deferidos, entre outros.

De acordo com Souza (2016), no âmbito de sua atuação enquanto assistente social, a assistência estudantil constitui-se, em nível técnico, na maior demanda colocada para esses profissionais.

Percebemos que, assim como na pesquisa 1, a autora traz a relevância do REUNI, tanto na ampliação de vagas nas universidades federais, quanto o aumento quantitativo de assistentes sociais nas IFES. Daí, “temos como resultado dessa ampliação de vagas a inclusão de estudantes de “baixa renda”, bem como a ampliação de assistentes sociais na execução do programa” (SOUZA, 2016). Com isso, o PNAES vem para atender uma demanda dos estudantes que se encontram com dificuldades financeiras e sociais de permanência no ensino superior.

O contexto de contrarreforma do ensino superior, através da implementação de programas e ações, tais como o REUNI, ampliou o número de matrículas nas universidades públicas, desde então, demanda um investimento em ações de permanência institucional, que significou, também, a ampliação da inserção do assistente social nessa política. (SOUZA, 2016, p. 97)

Já em relação a expansão do mercado de trabalho nas IFES, devemos observar que esta ocorre em um contexto de “diminuição de gastos sociais, de reordenamento do papel do Estado e de precarização das políticas sociais e das condições de trabalho” (SOUZA, 2016, p. 97). Assim, isso se coloca enquanto limitação profissional, visto que, se existe uma redução dos gastos sociais consequentemente menos estudantes terão a possibilidade de terem os seus direitos garantidos, pois a intervenção profissional do assistente social perpassa por exigências pré-estabelecidas pela instituição, resultando em uma atuação seletiva e focalizada.

No tocante à pesquisa de campo, realizada pela autora, as assistentes sociais entrevistadas afirmaram que as IFES do RN estudadas oferecem condições favoráveis para o desenvolvimento do exercício profissional²³, pois propiciam meios e condições de trabalho como salas climatizadas com ar condicionado e equipamentos de informática que dão suporte ao trabalho de registro, triagem e elaboração dos relatórios. “As assistentes sociais também contam com equipamentos que possibilitam o arquivo com espaço suficiente para os documentos dos discentes, e dispõem ainda de transporte com motorista disponível com agendamento programado, sempre que necessário” (SOUZA, 2016, p.99). Assim percebemos, segundo as declarações das assistentes sociais, que as condições de trabalho favorecem para

²³ Importante destacar, que foi resultado de lutas e resistências coletivas.

que nos atendimentos aos estudantes seja garantido o sigilo²⁴, previsto no seu Código de Ética.

Apesar das profissionais relatarem a conquista de condições materiais de trabalho, tem-se uma enorme dificuldade que é a insuficiência de assistentes sociais. Sabemos que esse déficit de servidores, tanto de técnicos administrativos quanto de assistentes sociais, pode acarretar na sobrecarga de trabalho gerando a demanda reprimida, pois o número reduzido de profissionais tende a não conseguir dar respostas efetivas às solicitações dos estudantes para participação nos programas. “Essa insuficiência de profissionais implica na intensificação da jornada de trabalho, no sobretrabalho, além do processo de adoecimento para os profissionais” (SOUZA, 2016, p.102).

Embora tenha sido ampliado o número de assistentes sociais na educação superior, essa ampliação não foi suficiente para atender as demandas de um número crescente de alunos nas universidades e institutos, que requisitam a atuação desses profissionais. (SOUZA, 2016, p. 100)

Segundo Souza (2016), todos esses processos que limitam o exercício profissional é consequência do projeto neoliberal que traz para as políticas sociais a lógica de selecionar os mais pobres entre os mais pobres. “Esse método está presente na seleção dos participantes da assistência estudantil, onde os discentes passam por todo um procedimento burocrático²⁵” (SOUZA, 2016). No entanto, devemos ressaltar que o posicionamento do assistente social frente à burocratização é que irá definir os rumos que a política vai seguir – à lógica do projeto neoliberal com a focalização/assistencialismo ou à garantia dos direitos dos estudantes, considerando a defesa intransigente dos princípios do Código de Ética Profissional.

O que vai divergir nas instituições pesquisadas é a forma de atuação dos assistentes sociais no exercício da sua função nas atividades de assistência ao estudante, em conformidade com sua inserção nas equipes interprofissionais, onde, predominantemente, ocorre o processo de seleção dos estudantes e nas particularidades dessa atuação. (SOUZA, 2016, p. 105)

Outra limitação, observada no âmbito das IFES estudadas, é o não cumprimento da Lei das 30h/semanais do assistente social.

²⁴ Está previsto no Código de Ética do Assistente Social de 1993, Artigo 2º, alínea d, e constitui-se em um dos direitos do assistente social “ inviolabilidade do local de trabalho e respectivos arquivos e documentação, garantindo o sigilo profissional”.

²⁵ Como preenchimento de questionários socioeconômicos, apresentação de documentação comprobatória (comprovante de residência, carteira de trabalho e comprovantes de rendimentos de todos os membros da família que trabalham) , e em alguns casos a realização de entrevistas e visitas domiciliares.

O estabelecimento em lei da jornada semanal do assistente social em 30h/horas sem redução salarial foi fruto de um longo processo de luta coletiva, encabeçada pelo conjunto CFESS/CRESS e baseado em articulação e mobilização política na busca por melhores condições de trabalho para os/as assistentes sociais. (SOUZA, 2016, p. 117)

3.2.3 Pesquisa 3 - O trabalho do assistente social na assistência estudantil: a prática profissional frente a realidade da Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Considerando-se as discussões acerca do exercício profissional do assistente social, a referida pesquisa busca entender como os assistentes sociais compreendem a sua atuação nos campi da UTFPR. A partir das demandas colocadas aos profissionais é possível apreender as especificidades da sua atuação bem como as configurações do seu processo de trabalho.

A partir da compreensão de como o Serviço Social foi construído historicamente na instituição, os profissionais entrevistados relatam que passaram a questionar o papel da profissão na universidade, pois estes entendiam que o trabalho do assistente social não deveria ser exclusivamente para a concessão de bolsas ou não aos estudantes. Assim, “as mudanças ocorridas com a ampliação do quadro de profissionais impulsionadas pelo REUNI, permitiu a redescoberta da possibilidade de questionamento sobre o agir profissional” (MARTINS, 2016, p. 93).

Destaca-se que, para os profissionais o reconhecimento e a compreensão da profissão e do agir, por parte dos estudantes, também é bastante relevante. Tendo em vista esta afirmação, entendemos que os assistentes sociais ao se inserirem enquanto técnicos na educação superior devem ter claro qual o seu papel na instituição e mostrar aos que demandam os seus serviços, o comprometimento na garantia dos direitos, entendendo a totalidade que cerca cada demanda, cada estudante na sua particularidade. “A compreensão e a relação com o estudante como usuário principal do serviço, denota a busca por clareza quanto ao fazer profissional” (MARTINS, 2016, p. 95).

Quanto à prática profissional, entende-se que esta tem relação com a formação e a compreensão da profissão, em que se propõem a discutir as atividades que executam a partir da análise crítica de como se organiza esse processo. “Compreender a atuação profissional passa por compreender o processo de trabalho que é desenvolvido nesta área pelo conjunto dos trabalhadores e pelos assistentes sociais em resposta às demandas que lhes são postas” (MARTINS, 2016, p. 97). Nesse sentido, de acordo com a pesquisa analisada, a assistência

estudantil se constitui como o principal espaço de atuação do assistente social nas universidades, sendo o exercício profissional parte do processo de trabalho na instituição.

3.2.4 Síntese das pesquisas – a centralidade do trabalho do assistente social na assistência estudantil

Percebe-se que o exercício profissional do assistente social na assistência estudantil é de suma importância em todos os trabalhos analisados, no entanto, são encontrados alguns entraves na execução da política como a burocratização dos serviços, a escassez tanto de assistentes sociais como dos demais técnicos e poucos recursos financeiros destinados para atender todas as demandas.

Em relação às demandas, apesar de todas as exigências impostas, devem ser atendidas levando em conta a totalidade, pois vão muito além das exigências pré-estabelecidas pela instituição. O profissional deve levar em consideração as necessidades dos sujeitos que demandam os serviços, atuando de forma crítica, propondo respostas que visem efetivar os direitos dos usuários a fim de uma ação transformadora.

Dessa forma, entendemos que as condições objetivas e subjetivas das assistentes sociais inseridas na política de assistência estudantil são determinantes para a sua prática profissional. Os processos burocráticos e a insuficiência de profissionais, são fatores que inviabilizam a concretização da política e, conseqüentemente, gera a sobrecarga de trabalho causando o adoecimento dos profissionais.

Evidencia-se que, em todas as pesquisas analisadas o trabalho do assistente social é central na execução da assistência estudantil, sendo observadas diversas limitações que impedem a efetivação da política.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A assistência estudantil se constitui atualmente em um dos principais campos de atuação profissional dos assistentes sociais no âmbito das universidades federais. Assim, durante o desenvolvimento deste trabalho, foi possível compreender a importância da atuação destes profissionais na assistência estudantil e a centralidade da categoria profissional na construção de respostas às demandas dos estudantes.

Em relação à análise das pesquisas, explicitadas no capítulo 3, percebemos que o papel do assistente social é central na assistência estudantil – sustentando a hipótese deste trabalho. Ainda são muitas as limitações profissionais na referida política, e dentre elas estão o processo burocrático que dificulta os acompanhamentos aos estudantes – pois o trabalho do assistente social não se encerra somente na oferta dos programas; tem-se, também, a sobrecarga de trabalho, com um número muito reduzido de profissionais para dar efetividade à política evidenciado tanto nas instituições em que as pesquisadoras atuam, bem como as universidades analisadas nas pesquisas de campo; e junto a todos esses entraves está a insuficiência de recursos, que limita o financiamento dos programas. Dessa forma, diante do reduzido número de assistentes sociais para atender as demandas, crescem as condições de precarização do trabalho e, conseqüentemente, a escassez de recursos exige a seleção cada vez mais criteriosa dos estudantes.

Quanto à precarização do trabalho, sabemos que é um fenômeno inerente ao desenvolvimento de produção capitalista. “A partir da década de 1990, presenciou-se mais claramente os influxos da crise de acumulação do capital, da reforma conservadora do Estado e da efetivação das políticas neoliberais, com impactos nas políticas sociais públicas” (RAICHELIS, 2011).

Dessa forma, destacamos que a precarização atinge também o trabalho de profissionais de nível superior que atuam em instituições públicas ou privadas no campo das políticas sociais. Assim como foi explicitado anteriormente, esse processo vem gerando nas universidades federais, no âmbito da política de assistência estudantil, a intensificação do trabalho dos assistentes sociais, devido a escassez de profissionais e de recursos financeiros, bem como as condições de trabalho.

Em vista disso, verifica-se a necessidade de realização de concurso público para a contratação de mais profissionais para a execução do PNAES nas universidades federais, a fim de atender as demandas dos estudantes. Quanto ao vínculo empregatício dos profissionais, observou-se nas pesquisas que cem por cento são servidores públicos – todos prestaram concurso público, sendo um ponto positivo.

Acreditamos que a dimensão educativa, trazida por Souza (2016), precisa estar presente no trabalho do assistente social frente à assistência estudantil, pois deve-se considerar as demandas dos estudantes na sua totalidade, a partir de um estudo crítico de todos os determinantes que perpassam pela vida dos discentes. Assim, essa ação educativa poderá contribuir nas formas de agir dos profissionais, a fim de potencializar as formas de ação para a ampliação e garantia de direitos.

Mesmo com a insuficiência de recursos, o PNAES já atende centenas de jovens nas diversas universidades federais do Brasil, e acreditamos que somente com a oferta de programas de minimizem as desigualdades sociais no âmbito das instituições com o suporte financeiro, psicológico e social aos estudantes, será possível que estes tenham condições de permanecer na universidade até a conclusão do seu curso. Sabemos que somente a inclusão dos estudantes na universidade não é condição suficiente para reduzir as desigualdades, visto que os determinantes de exclusão que perpassa na vida desses estudantes fora da universidade não desaparecem com o simples acesso na educação superior, muitas vezes tendem a ficar ainda mais visíveis.

Portanto, é necessário a ampliação do debate sobre o trabalho do assistente social na assistência estudantil, pois as ações desse profissional não se limitam à seleção dos estudantes para participação na política. Este possui um olhar diferenciado frente às demandas, em relação aos demais profissionais da equipe, entendendo de forma crítica os determinantes que perpassam pela vida dos estudantes para além da universidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. **Serviço Social e política educacional: um breve balanço dos avanços e desafios desta relação.** Palestra proferida no I Encontro de Assistentes Sociais na Área de Educação, no dia 28 de março de 2003 em Belo Horizonte.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. **A educação como direito social e a inserção dos Assistentes Sociais em estabelecimentos educacionais.** Cartilha: O Serviço Social e a Política Pública de Educação. Minas Gerais, 2005.

ARAÚJO, Aline Souza. **A intervenção do assistente social na assistência estudantil.** Dissertação (Mestrado Acadêmico) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Serviço Social. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2015.

ASSUMPÇÃO, Raiane Patrícia Severino; CARRAPEIRO, Juliana de Magalhães. **Ditadura e Serviço Social no Brasil: contribuições para prosseguir rompendo com o conservadorismo na profissão.** Lutas Sociais, São Paulo, vol. 18, nº 32, p. 105-118, jan./jun. 2014.

BARROCO, Maria Lucia Silva; TERRA, Sylvia Helena. **Código de Ética do/a Assistente Social comentado.** Conselho Federal de Serviço Social – CFESS (organizador). São Paulo: Cortez, 2012.

BORSATO, Francieli Piva. **A assistência estudantil na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul no período de 2000 a 2014: análise de sua configuração antes e após o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).** Anais do XXIV Seminário Nacional UNIVERSITAS/BR – 2016.

BRASIL. **Censo da Educação Superior.** INEP. 2015.

BRASIL. **Decreto Nº 6.096, de 24 de abril de 2007.** Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm. Acesso em: 23 de maio/2017.

BRASIL. **Decreto Nº 7.234, de 19 de julho de 2010.** Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 20 de jan./2017.

BRASIL. **Projeto de Lei Nº 3688, de 31 de outubro de 2000.** Dispõe sobre a introdução de assistente social no quadro de profissionais de educação nas escolas de educação básica. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=20050>. Acesso em: 15 de jun./2017.

CARVALHO, Cristiane Queiroz Leite. **O processo de trabalho do (a) assistente social na universidade pública: análise da “política de assistência estudantil” da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2012. Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

CAVALLI, Michelle. **A categoria mediação e o processo de trabalho no Serviço Social: uma relação possível.** V Encontro de Iniciação Científica, v.5, 2009.

CFESS. **Serviço Social na Educação.** Grupo de Estudos sobre Serviço Social na Educação. Brasília, setembro 2011.

_____. **Projeto Ético Político do Serviço Social: 30 anos na luta em defesa da humanidade.** In: CFESS Manifesta: 30 anos do Congresso da Virada. São Paulo, nov. 2009.

COSTA, Simone Gomes. **A equidade na Educação Superior: uma análise da Políticas de Assistência Estudantil.** Dissertação de mestrado – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010.

FONAPRACE. **Forúm Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis.** Plano Nacional de Assistência aos estudantes de Graduação das Instituições de Ensino Superior Públicas, 1996.

GOMES, Romeu. **A análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa.** Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Cap. 4, 29 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do Serviço Social.** 10. ed. – São Paulo: Cortez, 2014.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 17º edição – São Paulo, Cortez, 2009.

_____; CARVALHO, Raul. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil.** 26º edição. São Paulo: Cortez/Celats, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social. Ensaio Críticos.** 12ª ed. – São Paulo: Cortez, 2013.

MAGALHÃES, Rosélia Pinheiro de. **Assistência estudantil e seu papel na permanência dos estudantes de graduação: a experiência da Universidade Federal do Rio de Janeiro.** Dissertação de mestrado – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, 2013.

MARINHO, Fabiana Lopes. **Um estudo sobre a percepção dos usuários acerca da Política Nacional de Assistência Estudantil na DDS/UnB.** Trabalho de Conclusão de Curso. Serviço Social, UnB – Brasília, 2015.

MARTINS, Tatiana Agostinho. **O trabalho do assistente social na assistência estudantil: a prática profissional frente a realidade da Universidade Tecnológica Federal do Paraná.** 2016. 141. Dissertação de Mestrado em Serviço Social e Política Social – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2016.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio da pesquisa.** Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Cap. 1, 29 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MOREIRA, T.W.F; CAPUTI, L. **As Diretrizes Curriculares da ABEPSS e os valores éticos e políticos para a formação profissional em Serviço Social.** Temporalis, Brasília (DF), ano 16, n.32, jul/dez. 2016.

MOZZATO, A.R; GRZYBOVSKI, D. **Análise de Conteúdo como Técnica de Análise de Dados Qualitativos no Campo da Administração: Potencial e Desafios.** RAC, Curitiba, v.15, n. 4, pp. 731-747, jul/ago. 2011.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social uma análise do Serviço Social no Brasil pós 64.** São Paulo, Cortez, 1996.

NETTO, José Paulo. **A construção do projeto ético-político do Serviço Social.** Capacitação em Serviço Social e Política Social. Brasília, CFESS/ABEPSS/CEAD/UnB, 1999.

PIANA, Maria Cristina. **Serviço Social e Educação: olhares que se entrecruzam.** Serviço Social & Realidade, Franca, v. 18, n.2, p. 182-206, 2009.

SECULT. **Programas de Governo.** Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal. Disponível em: <http://www.cultura.df.gov.br/noticias/item/1968-o-que-s%C3%A3o-programas-de-governo>. Acesso em: 22 de abril/2017.

SANTOS, Cláudia Mônica dos. **A dimensão técnico-operativa e os instrumentos e técnicas no Serviço Social.** Revista Conexão Geraes, nº 3, 2º semestre de 2013.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **O Serviço Social e o Popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura.** São Paulo: Cortez, 1995.

SILVA, Maria Guimarães da. **Processo de trabalho e Serviço Social.** Revista InterAÇÕES – Cultura e Comunidade / v.2, nº 2 / p. 35-47 / 2007.

SILVEIRA, Miriam Moreira da. **A Assistência Estudantil no Ensino Superior: uma análise sobre as políticas de permanência das universidades federais brasileiras.** Dissertação de mestrado em Política Social, Pelotas, 2012.

SOUZA, Fabricia Dantas de. **O exercício profissional do assistente social na educação superior: a particularidade da dimensão educativa na assistência estudantil.** Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Natal, 2016.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Os fundamentos do Serviço Social na contemporaneidade.** Curso de Especialização Lato Sensu em Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. CFESS/ABEPSS, 2009.